



# PANORAMA FISCAL

**Publicação do Observatório de  
Finanças Públicas do Ceará | Office**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ESTADO  
DO CEARÁ DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO  
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022**

Deoclécio dos Santos Silva  
Francisco Lúcio Mendes Maia  
Gerson da Silva Ribeiro  
Helena Gabriela Jacinto Soares

Ano 9, V. 61  
Mai | Jun 2023



EDIÇÕES  
FUNDAÇÃO SINTAF

---

**A** Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal dos entes federativos, de modo especial do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar análises de temas relevantes no âmbito das finanças públicas, bem como proceder análises comparativas e evolutivas, a partir do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com base no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ambos instrumentos de transparência da gestão fiscal, de índices e indicadores analisados das unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO  
ESTADO DO CEARÁ DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE  
2022**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA  
UNIÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022**



### **Diretoria Executiva**

Liduíno Lopes de Brito  
Diretor Geral  
liduino@fundacaosintaf.org.br

Kléber Junio Silveira  
Diretor Administrativo-Financeiro  
kleber@fundacaosintaf.org.br

Jurandir Gurgel Gondim Filho  
Diretor Técnico-Científico  
jurandir@fundacaosintaf.org.br

Liliane Sales Carvalho  
Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura  
liliane@fundacaosintaf.org.br

### **Conselho Curador**

Carlos Eduardo dos Santos Marino  
Presidente

Lucia de Fátima Dantas Muniz  
1º Secretária

Newton Mourão  
2º Secretário

Fundação Sintaf  
Rua Padre Mororó, 952 - Centro  
CEP: 60015-220  
www.fundacaosintaf.org.br  
fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil



**Publicação do Observatório de  
Finanças Públicas do Ceará | Office**

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 9, V. 61, Mai | Jun 2023  
Série Eletrônica disponível em:  
fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DO ESTADO DO CEARÁ  
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DA UNIÃO DO EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2022

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Responsabilidade Editorial  
Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação  
MOTE Design de Ideias

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office) / Fundação Sintaf. - v. 61 (2023) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Mai | Jun. 2023.

Bimestral  
Série eletrônica disponível em:  
<http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal>  
ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária.  
3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ESTADO DO CEARÁ DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

Deoclécio dos Santos Silva <sup>1</sup>  
Francisco Lúcio Mendes Maia<sup>2</sup>  
Gerson da Silva Ribeiro<sup>3</sup>  
Helena Gabriela Jacinto Soares<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.

<sup>2</sup> Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.

<sup>3</sup> Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará, Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>4</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Ofice.



# SUMÁRIO

---

1   INTRODUÇÃO	11
2   BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO	12
3   BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO	19
4   DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS	21
5   DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	23
6   BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	25
7   DÍVIDA ATIVA E DÍVIDA FUNDADA	29
8   CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICE I	34
APÊNDICE II	38

## RESUMO

---

O Balanço Geral do Estado do Ceará (BGE) é uma prestação de contas, de competência privativa do Governador do Estado, junto à Assembleia Legislativa, conforme está previsto no art. 88, inciso XVI, da Constituição do Estado do Ceará. Nele estão contidas as demonstrações contábeis pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, de todos os Poderes, bem como das empresas estatais, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976, da Lei Complementar 101/2000, do Decreto 6.976/2009, da Portaria Interministerial 163/2001. Deve compor, ainda, no BGE o Parecer do Controle Interno, como determina a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Lei 12.509/1995. Entretanto, além dos controles previstos em lei, a prestação de contas do governo pode e deve ser acompanhada pela sociedade civil organizada, através de controles específicos e pelo próprio cidadão. O Balanço Geral do Estado, apesar de ser uma peça analítica, vem acompanhado de uma síntese que simplifica e evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo estadual. Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar os dados contidos nessas demonstrações contábeis, transformado em informações, para que a sociedade possa entender como foram aplicados os recursos financeiros arrecadados pelo Estado, principalmente nas suas atividades fins como educação, saúde, segurança, assistência, previdência, saneamento, investimentos e demais atividades do setor público, em benefício da sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Balanço Geral; Prestação de Contas; Estado do Ceará; Recursos Financeiros; Sociedade.



## ABSTRACT

---

The General Balance of the State of Ceará (BGE) is a rendering of accounts, of exclusive competence of the Governor of the State, with the Legislative Assembly, as provided for in art. 88, item XVI, of the Constitution of the State of Ceará. It contains the financial statements pertaining to the budgetary, financial and patrimonial executions of the bodies and entities of the Direct and Indirect Administration, of all Powers, as well as of the state-owned companies, prepared in accordance with the provisions of Federal Law No. 4,320 of 1964, of Federal Law No. 6,404 of 1976, of Complementary Law No. 101 of 2000, of Decree No. 6,976 of 2009, of Interministerial Ordinance No. 163 of 2001. The Internal Control Opinion must also be included in the BGE, as determined by the Organic Law from the Court of Auditors of the State of Ceará, nº 12.509 of 1995. However, in addition to the controls provided for by law, government accountability can and must be accompanied by organized civil society, through specific controls and by the citizen himself. The General Balance of the State, despite being an analytical piece, is accompanied by a synthesis that simplifies and highlights the main acts and facts recorded in the accounting system of the state government. In view of the above, the objective of this article is to analyze the data contained in these financial statements, transformed into information, so that society can understand how the financial resources collected by the State were applied, mainly in its activities such as education, health, security, assistance, social security, sanitation, investment and other public sector activities, for the benefit of society.

## KEYWORDS

---

General State Balance; Accountability; Ceará State, Financial Resources, Society.



# 1 | INTRODUÇÃO

O Balanço Geral do Estado (BGE) é uma prestação de contas, de competência privativa do Governador do Estado, junto à Assembleia Legislativa, conforme está previsto no art. 88, inciso XVI, da Constituição do Estado do Ceará. Nele está contida a escrituração contábil que evidencia as demonstrações financeiras relativas às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da Administração Direta e Indireta, de todos os Poderes, bem como das empresas estatais, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar 101/2000, do Decreto 6.976/2009, da Lei 6.404/1976 e da Portaria Interministerial 163/2001.

Deve compor, ainda, no BGE o Parecer do Controle Externo, como determina a Lei 12.509/1995, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE). Entretanto, além dos controles previstos em lei, a prestação de contas do governo pode e deve ser acompanhada pela sociedade para exercer o seu próprio controle.

O objetivo deste trabalho é efetuar a análise das Demonstrações Contábeis Públicas (DCP) do Estado do Ceará relativo ao exercício financeiro de 2022, tendo por base as seguintes DCP: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Patrimonial.

A metodologia adotada foi a análise por meio de indicadores econômico-financeiros e seus efeitos na execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado do Ceará no exercício financeiro de 2022.

As análises realizadas por essa pesquisa tiveram como base as demonstrações contábeis consolidadas do Balanço Geral do Estado do Ceará. Portanto, estão incluídos todos os órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais.

Destaque-se, ainda, que os procedimentos de auditoria aplicados foram a análise por meio de índices, enquanto a extensão foram as demonstrações contábeis. As limitações ao alcance da análise são o resumo das informações contidas nas demonstrações contábeis, mas isso não inviabiliza o entendimento dos autores contidos neste estudo.

O trabalho foi dividido em oito seções, além desta introdução. A

segunda seção analisa o balanço orçamentário do Estado do Ceará, evidenciando a execução da receita e da despesa, o resultado orçamentário e a execução orçamentária corrente. A terceira seção retrata o balanço financeiro consolidado. Em seguida, a quarta aborda a demonstração das variações patrimoniais consolidadas. A quinta analisa a demonstração dos fluxos de caixa, enquanto a sexta analisa o balanço patrimonial consolidado e a sétima analisa as dívidas ativa e fundada. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Conforme determinado no artigo 102 da Lei 4.320/1964, define-se balanço orçamentário como uma demonstração financeira que evidencia as receitas previstas, as despesas fixadas, todas em confronto com as realizadas.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretária do Tesouro Nacional (STN), estabelece que o balanço orçamentário deverá apresentar as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Acerca das despesas, preceitua-se que elas sejam publicadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Figura 2.1 – Receitas Orçamentárias Consolidadas – 2022

(Valores correntes em R\$ 1,00)

PAINEL A: RECEITAS CORRENTES				
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
	<b>Receitas Correntes</b>	<b>27.677.596.106,00</b>	<b>30.780.227.817,67</b>	<b>34.159.005.349,66</b>
Receita Tributária	12.231.512.066,00	12.448.343.286,76	13.845.922.214,32	1.397.578.927,56
Receita de Contribuições	2.571.941.462,00	2.728.941.462,00	3.104.896.693,39	375.955.231,39
Receita Patrimonial	593.453.591,00	602.580.078,88	1.269.976.313,32	667.396.234,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	8.528,44	8.528,44
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	381.748.432,00	387.939.995,59	414.817.472,15	26.877.476,56
Transferências Correntes	10.776.127.904,00	13.476.420.280,65	14.242.627.790,15	766.207.509,50
Outras Receitas Correntes	1.122.812.651,00	1.136.002.713,79	1.280.756.337,89	144.753.624,10
PAINEL B: RECEITAS DE CAPITAL E SUBTOTAL DAS RECEITAS				
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
	<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.051.771.395,00</b>	<b>2.062.348.355,96</b>	<b>783.845.422,00</b>
Operações de Crédito	1.386.245.478,00	1.396.009.307,00	593.504.606,13	-802.504.700,87
Alienações de Bens	74.004,00	74.004,00	93.021,98	19.017,98
Amortização de Empréstimos	19.340.000,00	19.340.000,00	6.536.010,84	-12.803.989,16
Transferências de Capital	646.111.913,00	646.925.044,96	183.711.783,05	-463.213.261,91
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
PAINEL C: REFINANCIAMENTO E RESULTADO TOTAL				
	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo a Realizar (d) = (c-b)
	<b>Operações de Crédito/Refinanciamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>32.842.576.173,63</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>2.100.274.598,03</b>
Superávit Financeiro	0,00	6.837.749.969,47	4.315.600.612,39	-2.522.149.357,08
Excesso de Arrecadação	0,00	6.837.749.969,47	4.315.600.612,39	-2.522.149.357,08
Créditos Líquidos Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

Figura 2.2 – Despesas Orçamentárias Consolidadas – 2022

(Valores correntes em R\$ 1,00)

PAINEL A: DESPESAS CORRENTES						
	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
	<b>Despesas Correntes</b>	<b>24.985.210.390,00</b>	<b>30.053.013.684,21</b>	<b>29.131.506.398,59</b>	<b>28.403.408.372,30</b>	<b>28.268.139.238,51</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.340.166.110,00	17.258.749.905,27	16.927.044.748,92	16.926.370.395,07	16.838.329.676,63	331.705.156,35
Juros e Encargos da Dívida	606.273.888,00	864.273.888,00	855.325.594,66	855.325.594,66	855.325.594,66	8.948.293,34
Outras Despesas Correntes	9.038.770.392,00	11.929.989.890,94	11.349.136.055,01	10.621.712.382,57	10.574.483.967,22	580.853.835,93
PAINEL B: DESPESAS DE CAPITAL						
	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
	<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.440.757.559,00</b>	<b>6.974.696.243,44</b>	<b>5.460.446.452,94</b>	<b>5.117.905.894,48</b>	<b>5.102.372.108,41</b>
Investimentos	2.782.537.423,00	5.328.688.857,12	3.863.883.324,29	3.525.370.735,49	3.509.836.949,42	1.464.805.532,83
Inversões Financeiras	138.557.999,00	195.443.281,94	155.869.890,48	151.841.920,82	151.841.920,82	39.573.391,46
Amortização da Dívida	1.519.662.137,00	1.450.564.104,38	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	1.440.693.238,17	9.870.866,21
Reserva de Contingência	303.399.552,00	142.506.133,00	0,00	0,00	0,00	142.506.133,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
PAINEL C: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA, REFINANCIAMENTO E RESULTADO TOTAL						
	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
	<b>Amort. da Dívida/Refinanciamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.591.952.851,53</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>350.897.920,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.729.367.501,00</b>	<b>37.170.216.060,65</b>	<b>34.942.850.771,66</b>	<b>33.521.314.266,78</b>	<b>33.370.511.346,92</b>	<b>2.578.263.209,12</b>
Reserva do RPPS	278.399.552,00	117.506.133,00	0,00	0,00	0,00	117.506.133,00

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

No intuito de fornecer subsídios para a avaliação da gestão orçamentária do Estado do Ceará, serão detalhados a seguir os principais indicadores econômico-financeiros obtidos por meio das informações do balanço orçamentário.

## 2.1 Resultado do Equilíbrio Orçamentário

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2022, as receitas e despesas se mantiveram, inicialmente, em equilíbrio, onde cada uma apresentou o igual montante de R\$ 29,73 bilhões. Assim, o quociente do equilíbrio orçamentário foi 1, respeitando o princípio do equilíbrio na elaboração do orçamento público. O mesmo equilíbrio foi observado em 2021, com ambas apresentando um total de R\$ 30,35 bilhões.

## 2.2 Execução da Receita

Ao confrontar a previsão atualizada da receita, de R\$ 32,84 bilhões, com a receita realizada no período, de R\$ 34,94 bilhões, verifica-se que a arrecadação superou em R\$ 2,10 bilhões o valor que estava previsto. Diante do exposto, o quociente de execução da receita foi de 1,06 indicando que a arrecadação da receita orçamentária correspondeu a um aumento de 6,4% da receita prevista, demonstrando que a previsão da receita e sua arrecadação ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a diferença entre a arrecadação e previsão foi menor que 10%.

As Receitas Orçamentárias no ano de 2022 tiveram um desempenho semelhante ao que foi observado no ano de 2021. Objetivamente, no exercício de 2021 o montante das receitas públicas superou a previsão em R\$ 392 milhões, chegando a um quociente de execução da receita de 1,01.

Acerca dos itens que contribuíram para o resultado acima do esperado para as receitas orçamentárias, as receitas correntes apresentaram maior parte desse ganho, pois representaram a 97,76% da receita total e, ainda, foram arrecadados R\$ 3,39 bilhões a mais que o previsto. As

receitas de capital, por sua vez, foram inferiores às previsões. A diferença entre a previsão atualizada de receitas de capital e as receitas de capital realizadas foi de R\$ 1,28 bilhão, valor maior que as próprias receitas realizadas no exercício.

Destaca-se que do montante não arrecadado de receitas de capital, 62,77% são referentes às operações de crédito, enquanto 36,23% dizem respeito às transferências de capital. Alienação de bens, Amortização de Empréstimos e Outras Receitas de Capital obtiveram resultados acima do previsto, mas representam percentuais relativamente pequenos quanto ao total das receitas de capital.

### 2.2.1 Receitas Correntes

Analisando a arrecadação das receitas correntes, estas apresentaram resultado da ordem de R\$ 34,16 bilhões. Na sua composição, verifica-se que a receita tributária teve uma participação de 48,53%, destaca-se também a participação das receitas de transferências correntes, apresentando uma participação de 41,70% das receitas correntes em 2022. As demais receitas, como as de contribuições, patrimoniais, serviços e outras receitas correntes, apresentaram resultados menos expressivos na ordem de 9,09%, 3,72%, 1,21% e 3,75%, respectivamente.

Ainda em relação às receitas correntes, verifica-se que a receita tributária, que é uma receita derivada, de competência do Estado, composta pelos seguintes impostos, conforme determina o Art. 155 da Constituição Federal (CF):

“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III - propriedade de veículos automotores.”

Além dos impostos, o Estado tem competência, também, para instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização,

efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição e contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas, Art. 145 da CF.

Vale ressaltar que, conforme determina o Art. 157 da CF, o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, pertence ao Estado.

A figura a seguir exibe o demonstrativo consolidado das receitas correntes previstas e realizadas, incluso as inclusos receitas do Orçamento de Investimento das empresas estatais, com suas deduções relativas às transferências constitucionais e legais. As Receitas Correntes, exceto as intra-orçamentárias, somaram R\$ 42,11 bilhões; com as deduções no valor de R\$ 10,27 bilhões; e o Total das Receitas Correntes Líquidas, que correspondeu a R\$ 31,84 bilhões.

**Figura 2.3 – Demonstrativo Comparativo da Receita Orçamentária Prevista com a Realizada, por Categoria Econômica e Grupo – Consolidada – 2022**

(Valores correntes em R\$ milhares)

Especificação da Receita	Prevista (a)	Realizada (b)	Realização (%) (b)/(a)	Participação (%) (b)/total
<b>Receitas Correntes Sem Deduções</b>	<b>37.785.338</b>	<b>42.113.791</b>	<b>111,46%</b>	<b>93,14%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.312.460	21.795.495	112,86%	48,21%
Contribuições	1.183.354	1.343.241	113,51%	2,97%
Receita Patrimonial	602.580	1.296.282	215,12%	2,87%
Receita Agropecuária	0	9	-	0,00%
Receita de Serviços	797.328	403.816	50,65%	0,89%
Transferências Correntes	15.225.175	16.451.822	108,06%	36,39%
Outras Receitas Correntes	664.441	823.127	123,88%	1,82%
<b>(-) Deduções</b>	<b>-8.620.496</b>	<b>-10.270.994</b>	<b>119,15%</b>	<b>100,00%</b>
(-) Deduções do FUNDEB	-4.249.232	-5.030.587	118,39%	48,98%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-2.520.156	-2.848.832	113,04%	27,74%
Transferências Correntes	-1.729.076	-2.181.755	126,18%	21,24%
(-) Transf. Constitucionais e Legais a Municípios	-4.371.263	-4.867.306	111,35%	47,39%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-4.351.584	-4.839.873	111,22%	47,12%
Transferências Correntes	-19.679	-27.433	139,40%	0,27%
(-) Restituição de Receita	0	-373.101	-	3,63%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	-260.881	-	2,54%
Contribuições	0	-8.236	-	0,08%
Receita Patrimonial	0	-26.306	-	0,26%
Receita de Serviços	0	-12.801	-	0,12%
Transferências Correntes	0	-6	-	0,00%
Outras Receitas Correntes	0	-64.872	-	0,63%
<b>Receitas Correntes Líquidas</b>	<b>29.164.842</b>	<b>31.842.797</b>	<b>109,18%</b>	<b>91,13%</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

A receita tributária consolidada líquida, conforme evidenciada na Figura 2.3, teve uma participação de 48,21% do Total das Receitas Sem



Deduções, destaca-se também a participação das receitas de transferências correntes, apresentando uma participação de 36,39% do total das receitas em 2022. As receitas de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, serviços e outras receitas correntes apresentaram resultados menos expressivos, na ordem de 2,97%, 2,87%, 0,00% e 0,89%, respectivamente.

A Figura 2.4 mostra a composição da receita tributária no exercício de 2022 e relaciona a previsão de receita com a arrecadação realizada.

**Figura 2.4 – Demonstrativo da Composição da Receita Tributária Valores Correntes Brutos – 2022**

(Valores correntes em R\$ milhares)

Discriminação	Previsão	Arrecadação	Variação (%)	
			Realização	Participação
<b>Impostos</b>	<b>18.337.272</b>	<b>20.621.792</b>	<b>112,46%</b>	<b>95,76%</b>
ICMS	15.586.028	17.124.668	109,87%	79,52%
IPVA	1.281.830	1.479.628	115,43%	6,87%
ITCD	84.508	141.359	167,27%	0,66%
IRRF	1.384.906	1.876.138	135,47%	8,71%
<b>Taxas</b>	<b>770.618,22</b>	<b>912.821</b>	<b>118,45%</b>	<b>4,24%</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>19.095.629</b>	<b>21.534.614</b>	<b>112,77%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

Como visto, grande parte da receita tributária é resultante de impostos e o ICMS corresponde a maior parte dessa arrecadação, com 79,53% do total da receita tributária, seguido pelo IRRF, com 8,71% e logo depois o IPVA, com 6,87%. O ITCD junto as taxas somaram 4,90%.

## 2.3. Execução da Despesa

Ao comparar a dotação atualizada da despesa, de R\$ 37,17 bilhões, com a despesa empenhada do período, de R\$ 34,59 bilhões, verifica-se que deixou de ser executado o montante de R\$ 2,58 bilhões. Dessa forma, o quociente de execução da despesa foi de 0,931. Portanto, a despesa orçamentária empenhada correspondeu a 93,1% da despesa fixada, deixando de ser executado 6,9% do total de despesa fixado, demonstrando que a fixação da despesa relacionado com a sua execução ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo

em vista que a diferença entre a despesa empenha e a fixada foi menor que 10%.

Ao analisar os itens que contribuíram para o montante não executado das despesas, tem-se que R\$ 921,5 milhões são referentes às despesas correntes e R\$ 1,51 bilhão às despesas de capital.

Analisando as despesas correntes empenhadas, destaca-se que as despesas com pessoal e encargos sociais representaram 58,11% do total das despesas correntes, enquanto as outras despesas correntes e os juros e encargos da dívida representaram 38,96% e 2,94%, respectivamente.

Em relação às despesas de capital e seu principal componente, os investimentos, no exercício de 2022, essas respectivas despesas foram na ordem de R\$ 5,46 bilhões e 3,86 bilhões.

Ressalta-se que a redução da execução da despesa orçamentária, principalmente com as despesas de capital, foi bem mais que proporcional à receita não realizada, evidenciando uma política conservadora no controle das despesas em conformidade com os recursos disponíveis.

## 2.4 Execução Orçamentária Corrente e de Capital

O quociente da execução orçamentária corrente, calculado pela divisão das receitas correntes sobre as despesas correntes, foi de 1,17. Tal resultado indica que o orçamento corrente de 2022 foi superavitário, igual como no exercício anterior. Isso indica também que a receita corrente realizada excedeu em 17,26% a despesa empenhada corrente, R\$ 5,03 bilhões em termos monetários, e que este valor pode ser aplicado em despesas de capital, principalmente em investimentos.

Por sua vez, o resultado entre as receitas e despesas de capital no exercício de 2022 foi deficitário em R\$ 4,68 bilhões, sendo necessário utilizar recursos do superávit orçamentário corrente e o superávit financeiro do exercício anterior para financiar tal déficit.

## 2.5 Resultado Orçamentário

O quociente do resultado orçamentário observado foi exatamente 1,01 em relações às despesas empenhadas e 1,04 em relação às despesas

liquidadas. Tais resultados indicam que, o resultado orçamentário foi equilibrado, pois as receitas realizadas corresponderam a 101% das despesas empenhadas e superaram em 4,24% as despesas liquidadas. Estes resultados indicam que os recursos disponíveis estão sendo utilizados em quase toda sua totalidade, mostrando eficácia na execução orçamentária.

### 3 | BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro Consolidado foi elaborado de acordo com a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, sem prejuízo ao que determina a Lei nº 4.320/1964. De acordo com a citada legislação, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando o seguinte:

- (a) a receita orçamentária realizada por origem de recursos: ordinários e vinculados;
- (b) a despesa orçamentária executada por aplicação de recursos: ordinários e vinculados;
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária;
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A partir do referido demonstrativo, é possível encontrar o resultado financeiro de duas maneiras. A primeira é pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. A segunda é mais simples, basta calcular a diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Vale ressaltar que este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit econômico do exercício, cuja apuração é obtida por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais.

De acordo com o relatório contábil do Ceará (BGE de 2022), o balanço financeiro é composto por fluxos financeiros (ingressos e dispêndios). Os fluxos financeiros que integram o referido balanço são os seguintes:

(a) fluxo financeiro orçamentário excluído de transferências orçamentárias;

(b) fluxo financeiro de transferências; e

(c) fluxo financeiro extraorçamentário.

No exercício em análise, o fluxo financeiro orçamentário obteve um superávit de R\$ 350,9 milhões, enquanto o fluxo financeiro extraorçamentário apresentou um déficit de R\$ 1,44 bilhão. Somando-se os resultados dos dois fluxos resultou-se em montante deficitário de R\$ 1,09 bilhão, resultado oposto ao do exercício de 2021, quando tal montante foi positivo (superavitário) somando R\$ 2,09 bilhões.

**Figura 3.1 – Balanço Financeiro Consolidado – 2022**

(Valores correntes em R\$ 1,00)

<b>PAINEL A: INGRESSOS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Receita Orçamentária	34.942.850.771,66	34.196.353.410,12
Ordinária	24.909.789.452,42	25.303.254.148,09
Vinculada	10.033.067.666,27	8.893.099.262,03
Transferências Financeiras Recebidas	32.296.165.950,03	25.090.312.716,45
Recebimentos Extraorçamentários	59.667.419.619,98	36.859.574.269,79
Saldo do Exercício Anterior	10.251.207.760,07	8.165.792.227,85
<b>TOTAL</b>	<b>137.157.644.101,74</b>	<b>104.312.032.624,21</b>
<b>PAINEL B: DISPÊNDIOS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Despesa Orçamentária	34.591.952.851,53	32.891.618.159,15
Ordinária	18.526.869.886,38	24.025.834.732,33
Vinculada	16.065.082.965,15	8.865.783.426,82
Transferências Financeiras Concedidas	32.296.165.950,03	25.090.312.716,45
Pagamentos Extraorçamentários	61.111.405.605,86	36.078.893.988,54
Saldo para o Exercício Seguinte	9.158.119.694,32	10.251.207.760,07
<b>TOTAL</b>	<b>137.157.644.101,74</b>	<b>104.312.032.624,21</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

### 3.1. Quociente Orçamentário Do Resultado Financeiro

Este indicador mostra a razão entre a diferença da receita e despesa orçamentária e a variação entre os saldos em espécie para o exercício

seguinte de 2022 e 2021. Ao analisar o indicador, 0,321 negativo, verificou-se que a diferença entre as receitas e despesas orçamentárias representa 32,1% do resultado entre os saldos em espécie, com o resultado do primeiro sendo positivo e a diferença dos saldos negativa.

### 3.2. Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Este indicador mostra a razão entre os saldos financeiros do ano observado e do ano anterior, e em 2022 foi de 0,89. Verificou-se que houve uma queda na relação dos saldos em 10,66%. Em valores nominais, o saldo em espécie para o exercício seguinte de 2022 diminuiu em R\$ 1,09 bilhão em comparação ao saldo obtido no exercício anterior.

## 4 | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

De acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações econômicas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As variações patrimoniais quantitativas são fatos contábeis que modificam a situação líquida das entidades públicas. As variações aumentativas alteram positivamente a situação líquida, enquanto as variações diminutivas reduzem a situação líquida. As variações patrimoniais

qualitativas representam fatos contábeis permutativos, ou seja, não alteram a situação líquida da entidade porque são fatos envolvendo contas de Ativo e Passivo, não envolvendo o Patrimônio Líquido.

Ao analisar as variações patrimoniais do exercício de 2022, verifica-se que houve um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 86,44 bilhões e um total de variações patrimoniais diminutivas contabilizadas em R\$ 81,61 bilhões, significando que houve um superávit econômico apurado no período de R\$ 4,83 bilhão. Tal resultado representa um aumento do superávit em relação ao ano de 2021, quando ocorreu o resultado econômico foi de R\$ 1,65 bilhões, conforme figura 4.1 a seguir:

**Figura 4.1 - Demonstração das Variações Patrimoniais  
Quantitativas Consolidadas – 2022**

(Valores correntes em R\$ 1,00)

<b>PAINEL A: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>86.439.957.954,98</b>	<b>78.486.826.322,97</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.766.147.723,67	21.511.980.870,92
Contribuições	3.125.888.718,19	2.628.858.612,09
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direi	470.679.868,73	386.700.952,18
Variações Patrimoniais Aumentativas Financ	4.578.658.836,36	2.018.205.661,53
Transferências e Delegações Recebidas	51.216.605.894,03	38.467.586.090,48
Valorização e Ganhos com Ativos	5.693.104,82	920.546.971,95
Outras Variações Patrimoniais Recebidas	2.276.283.809,18	12.552.947.163,82
<b>PAINEL B: VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>81.607.857.104,91</b>	<b>76.834.993.316,63</b>
Pessoal e Encargos	12.529.386.238,35	10.043.003.279,73
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.541.416.562,19	3.826.665.660,45
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	5.345.145.151,49	6.409.653.110,16
Variações Patrimoniais Diminutivas Financei	2.519.803.502,23	2.909.025.565,93
Transferências e Delegações Concedidas	48.659.636.491,36	37.139.368.668,25
Desvalorização e Perda de Ativos	4.433.067.048,43	3.541.077.355,27
Tributárias	292.255.054,71	243.125.502,83
Custo de Merc. e Prod. Vendidos e Serv. Prest:	2.231.228,98	1.925.388,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.284.915.827,17	12.721.148.785,98
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>4.832.100.850,07</b>	<b>1.651.833.006,34</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

Dentre os itens das Variações Patrimoniais Quantitativas, as Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras e as Valorização e Ganhos com Ativos foram os que apresentaram maiores variações percentuais absolutas em relação ao ano anterior, 126,87% e -99,38%, respectivamente.

O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais em 2022 foi de 1,06, que se traduz em um crescimento de 3,69% de em relação ao

resultado de 2021, quando foi de 1,02. Tal quociente, que mede a razão entre Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, por ser superior à unidade, indica que o estado do Ceará ampliou o superávit patrimonial em 2022.

## 5| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Os fluxos de caixa evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros do Estado em um determinado período. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes dos fluxos financeiros de entrada de caixa e equivalente de caixa, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

O Fluxo de Caixa Operacional consiste nos ingressos e desembolsos referentes às funções públicas continuadas, tais como arrecadação de tributos despesas com pessoal, água, luz, telefone e demais despesas de custeio.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos compreende os recursos relacionados à aquisição de novos serviços públicos, tais como construção de infraestrutura como escolas, estradas, açudes, dentre outros, que irão beneficiar a sociedade no futuro.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos diz respeito aos ingressos de operações de crédito para adquirir novos serviços bem como os desembolsos para amortização desses financiamentos.

**Figura 5.1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado – 2022**

(Valores em R\$ milhares)

<b>PAINEL A: FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Ingressos</b>	<b>98.221.454</b>	<b>70.835.615</b>
Receitas Derivadas e Originárias	19.916.378	21.391.123
Transferências Recebidas	46.722.506	36.440.763
Outros Ingressos Operacionais	31.582.571	13.003.729
<b>Desembolsos</b>	<b>94.381.526</b>	<b>66.117.637</b>
Pessoal e Demais Despesas	25.351.656	20.463.070
Juros e Encargos da Dívida	855.326	516.363
Transferências Concedidas	35.754.066	32.014.173
Outros Desembolsos Operacionais	32.420.478	13.124.031
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>	<b>3.839.929</b>	<b>4.717.977</b>
<b>PAINEL B: FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Ingressos</b>	<b>6.629</b>	<b>47.865</b>
Alienação de Bens	93	47.232
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	6.536	323
Outros Ingressos de Investimentos	0	310
<b>Desembolsos</b>	<b>4.117.443</b>	<b>2.905.151</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	2.855.247	1.973.173
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	63.449	82.115
Outros Desembolsos de Investimentos	1.198.747	849.863
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>	<b>-4.110.814</b>	<b>-2.857.286</b>
<b>PAINEL C: FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Ingressos</b>	<b>593.505</b>	<b>1.406.915</b>
Operações de Caixa	593.505	1.406.915
<b>Desembolsos</b>	<b>1.440.693</b>	<b>1.209.945</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida	1.418.614	1.188.667
Outros Desembolsos de Financiamentos	22.079	21.278
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>	<b>-847.189</b>	<b>196.970</b>
<b>PAINEL D: APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>-1.118.074</b>	<b>2.057.662</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	10.172.191	8.129.160
Caixa e Equivalente de Caixa Final	9.035.646	10.172.191
<b>Variação do Caixa e Equivalente de Caixa do Período</b>	<b>-1.136.545</b>	<b>2.043.031</b>
<b>CONCILIAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA</b>	<b>18.471</b>	<b>14.631</b>
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO</b>	<b>-1.118.074</b>	<b>2.057.662</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

A Geração Líquida de Caixa do Estado do Ceará em 2022 foi negativa em R\$ 1,12 bilhão o que somado aos R\$ 10,17 bilhões disponíveis em caixa e equivalente de caixa do exercício anterior resulta em um saldo financeiro disponível de R\$ 9,03 bilhões. Em 2021 a Geração Líquida de Caixa foi de R\$ 2,06 bilhões, o que indica que houve uma queda de 154,3% na geração de caixa de um período para o outro.

Em 2022 e 2021 houve superávit no Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais de R\$ 3,8 bilhões e R\$ 4,7 bilhões, respectivamente.



Enquanto no Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento houve déficit de R\$ 4,1 bilhões e 2,9 bilhões, respectivamente. No Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento, em 2022 houve déficit de R\$ 847 milhões, e em 2021 houve superávit de R\$ 197 milhões.

A Geração Líquida de Caixa negativa do Estado do Ceará em 2022 não significa necessariamente perda de recursos financeiros, desde que esses desembolsos a maior sejam aplicados em novos serviços à sociedade, bem como arrecadação de novas receitas oriundas de investimentos para geração de emprego e renda.

## 6| BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Segundo a Portaria da STN nº 406, de 20 de junho de 2011, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

(a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

(b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

(c) Patrimônio Líquido - evidencia o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores;

(d) Contas de Compensação - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- (a) Estiverem disponíveis para realização imediata;
- (b) Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os ativos classificados como não circulantes são os direitos realizáveis após doze meses da publicação do balanço patrimonial ou que não façam parte da atividade operacional, além dos direitos em investimentos, dos bens do imobilizado e dos direitos intangíveis.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após o exercício financeiro a partir da publicação das demonstrações contábeis. As obrigações com prazo acima de doze meses do balanço patrimonial devem ser classificadas como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, artigo 105, demonstra o Balanço Patrimonial em dois grandes grupos do Ativo, bens e direitos são classificados em Ativo Financeiro e Ativo Permanente, no Passivo, as obrigações também são classificadas como Passivo Financeiro e Passivo Permanente.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição (STN, 2018), o Balanço Patrimonial é composto por:

- (a) Demonstrativo Principal;
- (b) Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- (c) Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- (d) Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

**Figura 6.1 – Balanço Patrimonial Consolidado – 2022**

(Valores correntes em R\$ 1,00)

<b>PAINEL A: ATIVO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>19.634.084.897,40</b>	<b>24.667.504.191,41</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	9.035.646.324,28	10.172.191.041,11
Crédito a Curto Prazo	8.422.680.635,60	13.515.679.825,78
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	550.397.309,11	347.704.430,96
Estoques	375.071.366,97	16.674.165,68
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	1.179.398.391,53	583.409.881,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	70.890.869,91	31.844.846,70
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>47.021.346.911,48</b>	<b>42.799.027.806,35</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.753.178.415,67	11.573.678.067,92
Investimentos	5.907.057.255,93	4.804.428.855,83
Imobilizado	29.103.043.038,42	26.167.616.344,24
Intangível	258.068.201,46	253.304.538,36
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>
<b>PAINEL B: PASSIVO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>3.681.530.526</b>	<b>3.476.944.271</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar	72.303.306	161.216.181
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.631.538.250	1.498.860.598
Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo	277.071.847	194.709.842
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2760387,21	106.247
Transferências Fiscais a Curto Prazo	52.043.991	90.838.011
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.645.812.745	1.531.213.392
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>18.307.984.885,67</b>	<b>19.230.128.736,21</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar	0,00	20.823.881,82
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	15.105.755.703,99	16.607.080.790,34
Fornecedores e Contas a Pagar no Longo Prazo	518.284.877,77	475.060.284,45
Provisões a Longo Prazo	1.990.598.652,66	1.480.029.592,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	693.345.651,25	647.134.187,22
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>21.989.515.412,09</b>	<b>22.707.073.006,94</b>
<b>PAINEL C: PATRIMÔNIO LÍQUIDO E SALDO PATRIMONIAL</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>44.260.280.506,20</b>	<b>44.759.458.990,82</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>44.665.916.396,79</b>	<b>44.759.458.990,82</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>66.655.431.808,88</b>	<b>67.466.531.997,76</b>
Ativo Financeiro	10.535.349.814,87	10.594.786.896,65
Ativo Permanente	56.120.081.994,01	56.871.745.101,11
Passivo Financeiro	3.017.036.299,30	3.757.036.927,18
Passivo Permanente	20.203.968.289,12	20.926.719.648,29
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>43.434.427.220,46</b>	<b>42.782.775.422,29</b>

Fonte: SEFAZ/BGE (2022).

O total de bens e direitos do Estado do Ceará em 2022 foi de R\$ 66,66 bilhões, apresentando, assim, uma queda nos valores nominais de 1,2% em relação a 2021. Desse total, 29,46% correspondem aos ativos classificados como circulante, enquanto 70,54% são não circulantes. O ativo circulante diminuiu de R\$ 24,67 bilhões em 2021 para R\$ 19,63 bilhões em 2022, o que corresponde a 20,41% a menos nos valores nominais. Por sua vez, o ativo não circulante de 2022 registrou um acréscimo de 9,87% em relação ao exercício de 2021.

A Lei 4.320/1964 classifica os bens e direitos como ativos financeiros e permanentes. Considerando essa classificação, os resultados

apresentaram quedas de 0,56% nos ativos financeiros e de 1,32% nos ativos permanentes.

De acordo com a análise deste trabalho, constatou-se que os recursos financeiros disponíveis, evidenciados no Balanço Patrimonial do Estado do Ceará de 2022, somaram R\$ 9,04 bilhões, havendo uma diminuição de 11,17%, em termos nominais, em relação ao exercício anterior.

Acerca do comportamento do passivo, verificou-se um decréscimo de 3,16% no passivo total do Estado entre 2021 e 2022, passando de R\$ 22,71 bilhões para R\$ 21,99 bilhões. A composição do passivo total em 2022 é representada, respectivamente, por 16,74% e 83,26% de obrigações de curto prazo e de longo prazo respectivamente. Nota-se assim que o perfil das obrigações do Estado é predominantemente de longo prazo.

As obrigações de curto prazo na mesma data, com o pagamento até 2023, geraram um montante de R\$ 3,68 bilhões, que representa um aumento de 5,88% nas obrigações de curto prazo do Estado.

Já as obrigações de longo prazo, em 2022, correspondem a R\$ 18,31 bilhões do total das obrigações, 4,80% a menos que do ano anterior.

O patrimônio líquido do Estado em 2022 foi de R\$ 44,67 bilhões contra R\$ 44,76 bilhões do ano anterior. Percentualmente, houve uma diminuição de 0,21% em relação ao exercício financeiro anterior, em valores correntes foram R\$ 93,54 milhões a menos. Segue-se uma análise dos indicadores de liquidez do Estado do Ceará em 2022, a partir dos dados verificados no balanço patrimonial.

## 6.1 Liquidez Imediata

A liquidez imediata do Estado, que corresponde a valores existentes em caixa para pagarem obrigações de curto prazo, equivaleu a 2,45 em 2022, significando que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo o Estado tem R\$ R\$ 2,45 em caixa para efetuar o pagamento da obrigação. Em 2021 a liquidez imediata foi de 2,93, indicando assim uma queda de aproximadamente 16,11% na capacidade de caixa do Estado para pagar suas obrigações de curto prazo.

## 6.2 Liquidez Corrente

A liquidez corrente, bens e direito de curto prazo (ativo circulante) para financiarem as obrigações de curto prazo (passivo circulante), foi igual a 5,33 em 2022, enquanto em 2021 havia sido igual a 7,09, queda de 24,83% do quociente.

## 6.3 Liquidez Seca

A liquidez seca, disponível mais créditos a receber de curto prazo para financiamento de obrigações de curto prazo, foi de 4,99 em 2022, enquanto em 2021 foi de 6,92, com uma variação negativa de 27,89%.

## 6.4 Liquidez Geral

Na liquidez geral, que corresponde aos bens e direitos de curto e longo prazo para financiamento das obrigações de curto e longo prazo, o resultado em 2022 foi de 1,43 e em 2021 foi de 1,60. Dessa forma, houve uma redução de 10,57% no quociente em questão.

Analisando conjuntamente todos os quocientes de liquidez obtidos através do Balanço Patrimonial, pode-se verificar que mesmo havendo redução em todos os índices de liquidez, em relação ao exercício financeiro anterior, o Estado continua com uma boa situação econômico-financeira para honrar suas obrigações de curto e longo prazos.

# 7 | DÍVIDA ATIVA E DÍVIDA FUNDADA

A dívida ativa do Estado se divide em tributária e não tributária. A dívida ativa consiste numa parcela de direitos do Estado de grande relevância na estrutura do Balanço Patrimonial, integrando o grupamento de contas

a receber, sendo classificada em Dívida Ativa Tributária que trata dos direitos referentes aos tributos lançados e não arrecadados e a Dívida Ativa não Tributária, também receita não arrecadada, oriunda de multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias; foros e laudêmios; preços resultantes de alienação, concessão ou permissão de uso de bens públicos; preços públicos pela prestação de serviços; e indenizações. Consiste, geralmente, numa dívida com perfil de longo prazo.

Em dezembro de 2022, o saldo total da Dívida Ativa do Estado do Ceará, deduzida das provisões para perdas, foi de R\$ 10,65 bilhões, enquanto em 2021 foi de R\$ 10,32 bilhões. O prazo médio para recebimento do estoque desta dívida é de 67 anos em 2022 e de 96 anos em 2021.

Embora tenha ocorrido uma diminuição no prazo médio entre os anos de 2021 e 2022, o elevado valor desse indicador reflete a morosidade existente no processo de recebimento da dívida ativa, onde tal situação pode ser classificada como um foco de ineficiência na execução da dívida ativa pelo Estado. Para melhorar eficiência da cobrança desses direitos, o Estado deve, tempestivamente, procurar alterar a legislação a nível estadual e federal, com isso, esses créditos poderão ser cobrados com prazos menores, melhorando a arrecadação para que essa receita possa ser aplicada em benefício da sociedade cearense.

A dívida fundada no Estado do Ceará, representada pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, apresentou em 2022 um saldo de R\$ 16,74 bilhões. Em 2021 o saldo foi de R\$ 18,11 bilhões. O prazo médio de pagamento dessa dívida é de 12 anos em 2022, e foi de 14 anos em 2021.

Analisando os prazos médios da dívida ativa e dívida fundada nos dois períodos é possível verificar uma enorme discrepância entre eles, o que indica uma falta de sincronia entre as dívidas a receber e a pagar, o que pode gerar desequilíbrio no fluxo de caixa do Estado.

A série histórica entre 2010 e 2022 exibida na Tabela 7.1 permite-nos verificar que há uma grande defasagem entre o prazo médio de recebimento e pagamento da dívida ativa e da dívida fundada, respectivamente.

**Tabela 7.1 – Prazo Médio de Recebimento da Dívida Ativa e Pagamento da Dívida Fundada (em anos)**

ANO	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA FUNDADA
2010	75,35	12,77
2011	90,57	12,87
2012	143,49	7,64
2013	58,11	10,87
2014	99,51	11,79
2015	98,01	13,19
2016	190,76	11,96
2017	122,24	10,73
2018	181,67	14,66
2019	123,72	13,02
2020	225,7	14,96
2021	96,44	14,49
2022	66,79	12,09
<b>Média</b>	<b>120,95</b>	<b>12,39</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará - 2010 a 2022

O Índice de Endividamento Geral, representado pelo total das obrigações (passivo) em relação aos bens e direitos (ativo), obteve resultado percentual de 32,99% em 2022 e 33,66% em 2021. Esses valores indicam que em 2022 e 2021 o Estado comprometeu 32,99% e 33,66% do seu ativo, respectivamente.

Quanto à composição do endividamento, o indicador da dívida de curto prazo em relação à dívida total foi de 16,74% em 2022 e 15,31% em 2021, demonstrando o perfil da dívida estadual é majoritariamente de longo prazo, sendo isso um indicador positivo para a gestão da dívida pública cearense.

A capacidade do Estado em quitar suas obrigações, medido pelo Índice de Solvência, mostrou que o Estado continua solvente quanto a sua capacidade de pagamento, atingindo o valor de 3,03 em 2022, contra 2,97 em 2021, vale ressaltar que é considerado o estado de solvência quando o indicador for maior ou igual a 1.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Geral do Estado, composto por demonstrações orçamentárias,

financeiras e patrimoniais, apesar de ser um relatório sintético, evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo estadual.

Quanto aos fatos constatados na análise realizada, baseada nas demonstrações contábeis de 2022, verificou-se que os riscos de mau gerenciamento do patrimônio do Estado não ficaram evidenciados. Grande parte dos indicadores econômico-financeiros calculados, através de análise das informações contidas nessas demonstrações, foram positivos.

Entretanto, o prazo médio de recebimento da dívida ativa continua muito alto. Dessa forma, para que este prazo fique em patamar aceitável, deverá ser feito um esforço concentrado no sentido de executar o recebimento financeiro, com maior brevidade, da dívida ativa do Estado do Ceará, através da otimização da cobrança operacional e de alteração da legislação para eficácia sua de execução.

Da análise econômico-financeira realizada ficou evidenciado que, no exercício financeiro de 2022, as Demonstrações Contábeis do Estado do Ceará estão, em todos os aspectos relevantes, dentro dos padrões definidos nas normas brasileiras de contabilidade estabelecidas. Com isso o patrimônio do Estado, no exercício findo de 2022, está solvente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de março de 1964.

BRASIL. [Constituição, (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, Distrito Federal, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 de maio 2023.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Balanço Geral do Estado do Ceará, 2022**

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** 6ª edição. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>>. Acesso em: 19 de maio 2023.

# APÊNDICE I

## Notas Metodológicas

A seguir são detalhadas as fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices apresentados no trabalho.

A - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO												
<b>1 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
EO =	(PIR /	DID)			(PIR /	DID)						
EO =	34.942.850.771,66	32.842.576.173,63		30.346.668.726,00	30.346.668.726,00							
EO =	1,000											
EO = Equilíbrio Orçamentário			PIR = Previsão Inicial da Receita		DID = Dotação Inicial da Despesa							
<b>2 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
ER =	(RR /	PAR)			(RR /	PAR)						
ER =	34.942.850.771,66	32.842.576.173,63		34.196.353.410,12	33.804.152.708,59							
ER =	1,064											
ER = Execução da Receita			RR = Receita Realizada		PAR = Previsão Atualizada da Receita							
<b>3 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
ED =	(DE /	DA)			(DE /	DA)						
ED =	34.591.952.851,53	37.170.216.060,65		32.891.618.159,15	36.638.438.296,92							
ED =	0,931		-0,069	0,898								
ED = Execução da Despesa			DE = Despesa Empenhada		DA = Dotação Atualizada							
<b>4 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>												
<b>4.1 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM DESPESA EMPENHADA</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
RDE =	(RR /	DE)			(RR /	DE)						
RDE =	34.942.850.771,66	34.591.952.851,53		34.196.353.410,12	32.891.618.159,15							
RDE =	1,010		1,040									
RDE = Resultado Orçamentário com Despesa Empenhada			RR = Receita Realizada		DE = Despesa Empenhada							
<b>4.2 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM DESPESA LIQUIDADADA</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
RDL =	(RR /	DL)			(RR /	DL)						
RDL =	34.942.850.771,66	33.521.314.266,78		34.196.353.410,12	31.085.193.561,66							
RDL =	1,042		1,100									
RDL = Resultado Orçamentário com Despesa Liquidada			RR = Receita Realizada		DL = Despesa Liquidada							
<b>5 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
EOC =	(RRC /	DEC)			(RRC /	DEC)						
EOC =	34.159.005.349,66	29.131.506.398,59		32.552.244.524,53	27.869.710.299,98							
EOC =	1,173		1,168									
EOC = Execução Orçamentária Corrente			RRC = Receita Realizada Corrente		DEC = Despesa Empenhada Corrente							
<b>B - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO</b>												
<b>1 - QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
ROF =	(RO -	DO) /		(DES -	DEA)		(RO -	DO) /		(DES -	DEA)	
ROF =	34.942.850.771,66	34.591.952.851,53	9.158.119.694,32	10.251.207.760,07	34.196.353.410,12	32.891.618.159,15	10.251.207.760,07	8.165.792.227,85				
ROF =	-0,321		0,626									
ROF = Resultado Orçamentário Financeiro			RO = Receita Orçamentária		DO = Despesa Orçamentária							
			DEA = Disponível Exercício Anterior		DES = Disponível do Exercício Seguinte							
<b>2 - QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
RSF =	(DES /	DEA)			(DES /	DEA)						
RSF =	9.158.119.694,32	10.251.207.760,07		10.251.207.760,07	8.165.792.227,85							
RSF =	0,893		1,255									
RSF = Resultado dos Saldos Financeiros			DES = Disponível do Exercício Seguinte		DEA = Disponível Exercício Anterior							
<b>C - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>												
<b>1 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>												
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior							
RVP =	(VPA /	VPD)			(VPA /	VPD)						
RVP =	86.439.957.954,98	81.607.857.104,91		78.486.826.322,97	76.834.993.316,63							
RVP =	4.832.100.850,07		1,021									
RVP = Resultado das Variações Patrimoniais			VPA = Variações Patrimoniais Aumentativas		VPD = Variações Patrimoniais Diminutivas							

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ESTADO DO CEARÁ DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

D - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL									
<b>1 - LIQUIDEZ IMEDIATA</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LJ =	(D /	PC)			(D /	PC)			
LJ =	9.035.646.324,28	3.681.530.526,42			10.172.191.041,11	3.476.944.270,73			
LJ =		2,454				2,926			
LJ = Liquidez Imediata	D = Disponível		PC = Passivo Circulante						
<b>2 - LIQUIDEZ CORRENTE</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LC =	(AC /	PC)			(AC /	PC)			
LC =	19.634.084.897,40	3.681.530.526,42			24.667.504.191,41	3.476.944.270,73			
LC =		5,333				7,095			
	AC = Ativo Circulante		PC = Passivo Circulante						
<b>3 - LIQUIDEZ SECA</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LS =	(D +	CCP +	DCVCP) /	PC	(D +	CCP +	DCVCP) /	PC	
LS =	9.035.646.324,28	8.422.680.635,60	925.468.676,08	3.681.530.526,42	10.172.191.041,11	13.515.679.625,78	364.378.596,64	3.476.944.270,73	
LS =		4,994				6,918			
LS = Liquidez Seca	D = Disponível		CCP = Crédito de Curto Prazo			PC = Passivo Circulante			
	DCVCP = Demais Créditos e Valores de Curto Prazo								
<b>4 - LIQUIDEZ GERAL</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LG =	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)	
LG =	19.634.084.897,40	11.753.178.415,67	3.681.530.526,42	18.307.984.885,67	24.667.504.191,41	11.573.678.067,92	3.476.944.270,73	19.230.128.736,21	
LG =		1,427				1,596			
LG = Liquidez Geral	AC = Ativo Circulante		PNC = Passivo Não Circulante		RLP = Realizável a Longo Prazo				
	PC = Passivo Circulante								
<b>5 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA</b>									
<b>5.1 - ROTAÇÃO</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
ROT =	ADA /	((SID +	SFD) / 2)		ADA /	((SID +	SFD) / 2)		
ROT =	157.016.281,35	10.324.183.000,00	10.649.598.000,00		105.375.492,94	10.000.611.000,00	10.324.183.000,00		
ROT =		0,015				0,010			
ROT = Rotação	ADA = Amortização da Dívida Ativa		SID = Saldo Inicial da Dívida		SFD = Saldo Final da Dívida				
<b>5.2 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM DIAS</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
PMD =	(TD	/ROT)			(TD	/ROT)			
PMD =	360	0,015			360	0,010			
PMD =		24,044				34,718			
PMD = Prazo Médio em Dias	TD = Tempo em Dias		ROT = Rotação						
<b>5.3 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM ANOS</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
PMA =	PMD	/TA			PMD	/TA			
PMA =	24,044	360			34,718	360			
PMA =	67	96							
PMA = Prazo Médio em Anos	PMD = Prazo Médio em Dias		TA = Tempo em Anos						
<b>6 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA</b>									
<b>6.1 - ROTAÇÃO</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
RO =	AD /	((SID +	SFD) / 2)		AD /	((SID +	SFD) / 2)		
RO =	1.440.693.000,00	18.105.942.000,00	16.737.294.000,00		1.209.945.113,85	16.968.862.000,00	18.105.942.000,00		
RO =		0,083				0,069			
RO = Rotação	ADA = Amortização da Dívida Ativa		SID = Saldo Inicial da Dívida		SFD = Saldo Final da Dívida				
<b>6.2 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM DIAS</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
PMD =	(T	/RO)			(T	/RO)			
PMD =	360	0,083			360	0,069			
PMD =		4,353				5,218			
PMD = Prazo Médio em Dias	TD = Tempo em Dias		ROT = Rotação						
<b>6.3 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM ANOS</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
PMA =	PMD	/TA			PMD	/TA			
PMA =	4353	360			5218	360			
PMA =	12	14							
PMA = Prazo Médio em Anos	PMD = Prazo Médio em Dias		TA = Tempo em Anos						
<b>7 - ENDIVIDAMENTO GERAL</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
EG =	(PC +	PNC) /	AT * 100		(PC +	PNC) /	AT * 100		
EG =	3.681.530.526,42	18.307.984.885,67	66.655.431.808,88		3.476.944.270,73	19.230.128.736,21	67.466.531.997,76		
EG =		32,990				33,657			
EG = Endividamento Geral	PC = Passivo Circulante		PNC = Passivo Não circulante		AT = Ativo Total				
<b>8 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
CE =	PC /	(PC +	PNC) * 100		PC /	(PC +	PNC) * 100		
CE =	3.681.530.526,42	3.681.530.526,42	18.307.984.885,67		3.476.944.270,73	3.476.944.270,73	19.230.128.736,21		
CE =		16,742				15,312			
CE = Composição do Endividamento	PC = Passivo Circulante		PNC = Passivo Não circulante						
<b>9 - ÍNDICE DE SOLVÊNCIA</b>									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
IS =	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)	
IS =	19.634.084.897,40	47.021.346.911,48	3.681.530.526,42	18.307.984.885,67	24.667.504.191,41	42.799.027.806,35	3.476.944.270,73	19.230.128.736,21	
IS =		3,931				2,971			
IS = Índice de Solvência	AC = Ativo Circulante		ANC = Ativo Não Circulante		PC = Passivo Circulante		PNC = Passivo Não circulante		

<b>ESTADO DO CEARÁ</b>		
<b>RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE 2022</b>		
<b>RECEITA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>DÍVIDA ATIVA_TRIBUTÁRIA</b>	<b>VALOR</b>	
11125103_IPVA_Principal	29.080.410,66	
11125104_IPVA_Multas e Juros	10.421.484,67	
11125103_ITCD_Principal	6.973.325,09	
11125204_ITCD_Multas e Juros	2.521.702,55	
11145013_ICMS_Principal	91.365.994,12	
11145014_ICMS_Multas e Juros	16.133.540,02	
<b>TOTAL</b>	<b>156.496.457,11</b>	<b>A</b>
<b>DÍVIDA ATIVA_NÃO TRIBUTÁRIA</b>		
19110103_Multas	14.104.388,32	
19110400_Multas	12.455.228,71	
19110613_Multas	929.501,55	
19110703_Multas	2.107.432,90	
<b>TOTAL</b>	<b>29.596.551,48</b>	<b>B</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>186.093.008,59</b>	<b>(A + B)</b>
<b>BGE_Pg 458</b>		
<b>RECEITA</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>DÍVIDA ATIVA_TRIBUTÁRIA</b>	<b>VALOR</b>	
11125103_IPVA_Principal	29.080.410,66	
11125103_ITCD_Principal	6.973.325,09	
11145013_ICMS_Principal	91.365.994,12	
<b>TOTAL</b>	<b>127.419.729,87</b>	<b>C</b>
<b>DÍVIDA ATIVA_NÃO TRIBUTÁRIA</b>		
19110103_Multas	14.104.388,32	
19110400_Multas	12.455.228,71	
19110613_Multas	929.501,55	
19110703_Multas	2.107.432,90	
<b>TOTAL</b>	<b>29.596.551,48</b>	<b>D</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>157.016.281,35</b>	<b>(C + D)</b>
<b>AMORTIZAÇÃO_DÍVIDA ATIVA_2022</b>	<b>157.016.281,35</b>	

<b>ESTADO DO CEARÁ</b>		
<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA</b>		
<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>
<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANO_2022</b>	<b>ANO_2021</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>14.260.555</b>	<b>13.102.027</b>
<b>NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>673.316,0</b>	<b>564.669</b>
<b>PROVISÃO_PERDAS</b>	<b>- 4.284.273</b>	<b>- 3.342.513</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.649.598</b>	<b>10.324.183</b>
<b>SALDO MÉDIO</b>	<b>10.486.891</b>	
<b>BGE Pg. 196</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>	
<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANO_2022</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>157.016</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANO_2022</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>157.016.281,35</b>	

<b>ESTADO DO CEARÁ</b>		
<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA DE 2022</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	<b>ANO_2021</b>
<b>SALDO</b>	<b>16.737.294</b>	<b>18.105.942</b>
<b>SALDO MÉDIO</b>	<b>17.421.618</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1.000</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>1.440.693</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ 1,00</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>1.440.693.238,17</b>	

## APÊNDICE II

### Glossário

- **Balanço Financeiro Consolidado:** evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando: a receita orçamentária realizada por destinação de recurso; a despesa orçamentária executada por destinação de recurso; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; o saldo inicial e o saldo final em espécie.
- **Balanço Orçamentário Consolidado:** documento contábil que demonstra as receitas previstas e despesas fixadas, em confronto com as realizadas.
- **Balanço Patrimonial Consolidado:** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros do Estado em um determinado período, identificando as fontes de entrada de caixa e equivalente a caixa, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022

Deoclécio dos Santos Silva <sup>1</sup>  
Francisco Lúcio Mendes Maia<sup>2</sup>  
Gerson da Silva Ribeiro<sup>3</sup>  
Helena Gabriela Jacinto Soares<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Ofice.

<sup>2</sup> Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Ofice.

<sup>3</sup> Graduado em Finanças pela Universidade Federal do Ceará, Mestre e Doutorando em Economia pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>4</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Ofice.





## SUMÁRIO

---

1   INTRODUÇÃO	44
2   BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO	45
3   BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO	50
4   DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS	52
5   DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	54
6   DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
7   BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	58
8   DÍVIDA ATIVA, DÍVIDA FUNDADA E ENDIVIDAMENTO GERAL	62
9   CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
APÊNDICE I	67
APÊNDICE II	71

## RESUMO

---

O Balanço Geral do Estado do Ceará (BGE) é uma prestação de contas, de O Balanço Geral da União (BGU) evidencia as Demonstrações Contábeis Consolidadas, estas são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. As empresas públicas e sociedades de economia mista, obedecem a Lei nº 6.404/1976. O BGU observa, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), da Secretaria do Tesouro Nacional. O BGU tem a finalidade de apresentar à sociedade a execução e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Balanço Patrimonial. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas. No encerramento do exercício, o BGU é parte integrante da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), consolidando informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Vale ressaltar que todas as entidades da União, administração direta e indireta, integram o BGU. O objetivo deste artigo é analisar os dados contidos nessas demonstrações contábeis, transformado em informações, para que a sociedade possa entender como foram aplicados os recursos financeiros arrecadados pela União, principalmente nas suas atividades fins como educação, saúde, segurança, assistência, previdência, investimentos e demais atividades do setor público, em benefício da sociedade.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Balanço Geral da União; Demonstrações Contábeis; Prestação de Contas; Recursos Financeiros; Sociedade.

## ABSTRACT

---

The General Balance Sheet of the Union (BGU) shows the Consolidated Financial Statements, which are prepared in accordance with the provisions of Law No. 4,320/1964, Decree-Law No. 200/1967, Decree No. 93,872/1986, Law No. 10,180/ 2001 and Complementary Law No. 101/2000. Public companies and mixed capital companies comply with Law No. 6,404/1976. The BGU also observes the Accounting Manual Applied to the Public Sector (MCASP) and the Integrated Financial Administration System (SIAFI), of the National Treasury Secretariat. The purpose of the BGU is to present to society the execution and the budgetary, financial and equity results of the Union, through the Budget Balance Sheet, Financial Statement, Cash Flow Statement, Statement of Equity Changes, Statement of Changes in Shareholders' Equity and Balance Sheet. These financial statements are accompanied by explanatory notes. At the end of the year, the BGU is an integral part of the Accountability of the President of the Republic (PCPR), consolidating budgetary, financial and patrimonial information from the Executive, Legislative and Judiciary Powers, the Public Ministry of the Union and the Public Defender's Office of the Union. It is worth mentioning that all Union entities, direct and indirect administration, are part of the BGU. The objective of this article is to analyze the data contained in these financial statements, transformed into information, so that society can understand how the financial resources collected by the Union were applied, mainly in its activities such as education, health, security, assistance, social security, sanitation, investment and others. public sector activities for the benefit of society.

## KEYWORDS

---

General Balance Sheet of the Union; Accounting statements; Accountability; Financial resources; Society.

## 1 | INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON), comumente conhecidas como o Balanço Geral da União (BGU), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000. As empresas públicas e sociedades de economia mista, obedecem a Lei 6.404/1976. O BGU observa, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), da Secretaria do Tesouro Nacional.

O BGU tem a finalidade de apresentar à sociedade a execução e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da União, através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Balanço Patrimonial. Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

No encerramento do exercício, o BGU é parte integrante da Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), consolidando informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Vale ressaltar que todas as entidades da União, administração direta e indireta integram o BGU.

O objetivo deste trabalho é efetuar a análise das Demonstrações Contábeis Consolidadas da União relativas ao exercício financeiro de 2022, para avaliar as execuções e resultados dos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial da União do exercício financeiro de 2022.

A metodologia adotada foi a análise por meio de indicadores econômico-financeiros e seus efeitos na execução orçamentária, financeira e patrimonial da União no exercício financeiro de 2022.

As análises realizadas por essa pesquisa tiveram como base as demonstrações contábeis consolidadas do BGU. Portanto, estão incluídos todos os órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais.

Destaque-se, ainda, que os procedimentos de auditoria aplicados foram a análise por meio de índices, enquanto a extensão foram

as demonstrações contábeis. As limitações ao alcance da análise são o resumo das informações contidas nas demonstrações contábeis, mas isso não inviabiliza o entendimento dos autores contidos neste estudo.

O trabalho foi dividido em nove seções, incluindo esta introdução. A segunda seção analisa o balanço orçamentário da União, evidenciando a execução consolidada da receita e da despesa, o resultado orçamentário total e por categoria econômica. A terceira seção retrata o balanço financeiro consolidado. Em seguida, a quarta, aborda a demonstração das variações patrimoniais consolidadas. A quinta analisa a demonstração dos fluxos de caixa, enquanto a sexta analisa a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a sétima analisa o balanço patrimonial consolidado e a oitava analisa as dívidas ativa e fundada e o endividamento geral. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## 2 | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Conforme determinado no Art. 102 da Lei nº 4.320/1964, define-se balanço orçamentário como uma demonstração financeira que evidencia as receitas previstas, as despesas fixadas, todas em confronto com as realizadas.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretária do Tesouro Nacional (STN), estabelece que o balanço orçamentário deverá evidenciar as receitas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo entre a receita realizada e a previsão atualizada. As despesas são evidenciadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

**Figura 2.1 – Balanço Orçamentário - Receitas  
Orçamentárias Consolidadas – 2022**

(Em R\$ Milhões)

	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>2.142.981</b>	<b>2.142.981</b>	<b>2.402.956</b>	<b>259.975</b>
Receita Tributária	753.269	753.269	856.280	103.011
Receita de Contribuições	1.114.025	1.114.025	1.150.852	36.827
Receita Patrimonial	163.561	163.561	298.030	134.469
Receita de Serviços	70.223	70.223	52.518	-17.705
Transferências Correntes	173	173	410	237
Outras Receitas Correntes	37.662	37.662	39.291	1.629
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>702.178</b>	<b>702.178</b>	<b>444.827</b>	<b>-257.351</b>
Operações de Crédito	498.080	498.080	79.933	-418.147
Alienação de Bens	2.406	2.406	964	-1.442
Amortização de Empréstimos	95.001	95.001	136.409	41.408
Transferências de Capital	59	59	28	-31
Outras Receitas de Capital	106.633	106.633	227.493	120.860
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)</b>	<b>2.845.159</b>	<b>2.845.159</b>	<b>2.847.783</b>	<b>2.624</b>
REFINANCIAMENTO (IV)	1.884.865	1.884.865	1.479.194	405.672
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.884.865	1.884.865	1.479.194	405.672
<b>SUTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)= (III) +(IV)</b>	<b>4.730.024</b>	<b>4.730.024</b>	<b>4.326.977</b>	<b>-403.048</b>
<b>TOTAL (VI)=(V)</b>	<b>4.730.024</b>	<b>4.730.024</b>	<b>4.326.977</b>	<b>-403.048</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

**Figura 2.2 – Balanço Orçamentário - Despesas  
Orçamentárias Consolidadas – 2022**

(Em R\$ Milhões)

	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESP. EMPENHADAS (g)	DESP. LIQUIDADAS (h)	DESP. PAGAS (i)	SDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
<b>Despesas Correntes (I)</b>	<b>2.430.631</b>	<b>2.627.674</b>	<b>2.493.190</b>	<b>2.413.893</b>	<b>2.342.162</b>	<b>134.484</b>
Pessoal e Encargos Sociais	362.481	365.192	360.328	358.924	340.907	4.864
Juros e Encargos Sociais	351.421	352.421	247.309	247.308	247.308	105.112
Outras Despesas Correntes	1.716.729	1.910.061	1.885.553	1.807.661	1.753.946	24.508
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>418.128</b>	<b>433.656</b>	<b>332.110</b>	<b>292.683</b>	<b>292.271</b>	<b>101.546</b>
Investimentos	42.391	52.094	51.217	20.018	19.611	877
Inversões Financeiras	93.546	100.353	73.783	65.575	65.570	26.570
Amortização da Dívida	282.191	281.209	207.110	207.090	207.090	74.099
Reserva de Contingência (III)	40.154	40.158	0	0	0	40.158
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (IV) =</b>	<b>2.888.913</b>	<b>3.101.488</b>	<b>2.825.300</b>	<b>2.706.576</b>	<b>2.634.433</b>	<b>276.188</b>
AMORT. DA DÍVIDA REFINANC. (V)	1.838.015	1.838.015	1.431.332	1.425.070	1.425.070	406.683
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTE	1.804.466	1.804.466	1.424.283	1.418.020	1.418.020	380.183
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	33.550	33.550	7.050	7.050	7.050	26.500
<b>SUBTOTAL COM REFIN. (VI)=IV +</b>	<b>4.726.928</b>	<b>4.939.503</b>	<b>4.256.632</b>	<b>4.131.646</b>	<b>4.059.503</b>	<b>682.871</b>
SUPERÁVIT (VII)	0	0	70.344	0	0	-70.344
<b>TOTAL (VIII) = VI + VII)</b>	<b>4.726.928</b>	<b>4.939.503</b>	<b>4.326.976</b>	<b>4.131.646</b>	<b>4.059.503</b>	<b>612.527</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

No intuito de fornecer subsídios para a avaliação da gestão orçamentária da União, serão detalhados a seguir os principais indicadores econômico-financeiros obtidos por meio das informações do balanço orçamentário.

## 2.1 Resultado do Equilíbrio Orçamentário

O Quociente do Equilíbrio Orçamentário é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e fixação constante na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2022 as receitas e despesas se mantiveram em equilíbrio orçamentário, onde a Previsão Inicial da Receita foi R\$ 4,730 trilhões e a Dotação Inicial da Despesa correspondeu ao valor de R\$ 4,727 trilhões, com um quociente de 1,001.

## 2.2 Execução da Receita

No ano de 2022, as Receitas Orçamentárias apresentaram um desempenho diferente do observado no exercício financeiro anterior, uma vez que em 2022 teve-se uma arrecadação inferior ao previsto, implicando em um saldo a realizar negativo de R\$ 403,05 bilhões.

Ao confrontar a Receita Realizada no período, no valor de R\$ 4,327 trilhões, com a previsão atualizada da receita, de R\$ 4,730 trilhões, verifica-se que houve uma arrecadação menor do que o previsto. Diante do exposto, o quociente de execução da receita foi de 0,91 indicando que a arrecadação da receita orçamentária correspondeu a 91% da receita prevista, demonstrando que, ainda assim, a previsão da receita e sua arrecadação ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a diferença entre a arrecadação e previsão foi menor que 10,00%.

Acerca dos itens que contribuíram para o montante das receitas, as Receitas Correntes apresentaram resultado superior ao esperado, dado que foi arrecadado R\$ 259,97 bilhões a mais que o previsto.

O montante realizado da Receita Tributária foi de R\$ 856,280 bilhões, ante a Previsão Atualizada da Receita Tributária, no valor de R\$ 753,27 bilhões. Conforme evidenciada no balanço orçamentário, a receita tributária teve uma participação de 35,63%, do total das receitas correntes.

Acerca das Receitas de Contribuições no valor de R\$ 1,151 trilhão, estas tiveram um papel importante na composição do total das Receitas Correntes com uma participação de 47,89% em 2022. Sua arrecadação

foi superior à previsão atualizada das Receitas de Contribuições, no valor de R\$ 36,83 bilhões a mais do que o previsto.

Sobre as Receitas de Capital, a arrecadação foi de R\$ 444,83 bilhões, estas apresentaram uma arrecadação a menos de R\$ 257,35 bilhões, cuja previsão atualizada foi de R\$ 702,18 bilhões. O montante arrecadado com Operações de Crédito foi de valor de R\$ 79,93 bilhões, representando apenas 16,05% da previsão atualizada, que correspondeu ao valor de R\$ R\$ 498,08 bilhões. As Operações de Crédito representaram 17,97% das receitas de capital arrecadas.

Já a receita de Amortizações de Empréstimos, R\$ 136,41 bilhões, correspondeu a 30,67% do total das Receitas de Capital. As demais receitas de capital corresponderam a 51,14% da arrecadação.

A receita de Refinanciamento da Dívida Fundada foi de no valor de R\$ 1,479 trilhão. A Dívida Fundada corresponde a Operações de Crédito de natureza mobiliária e contratual.

## 2.3. Execução da Despesa

Ao comparar a dotação atualizada da despesa, de R\$ 4,939 trilhões, com a despesa empenhada do período, de R\$ 4,256 trilhões, verifica-se que deixou de ser executado o montante de R\$ 682,87 bilhões. Dessa forma, o quociente de execução da despesa foi de 0,862. Portanto, a despesa orçamentária empenhada correspondeu a 86,18% da despesa fixada, demonstrando que a fixação da despesa e sua execução não ficaram de acordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a diferença entre a despesa fixada atualizada e despesa empenhada foi de 13,82%.

As Despesas Correntes empenhadas em 2022, no valor de R\$ 2,493 trilhões, representaram 58,57% do total das despesas empenhadas no exercício financeiro em análise.

Outras Despesas Correntes, no valor de R\$ 1,885 trilhão, relativos às Transferências Constitucionais e Legais e demais despesas de caráter continuado dos serviços públicos, representaram 75,63% do total das Despesas Correntes.

A Despesa empenhada com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 360,33



bilhões, no exercício financeiro de 2022, equivaleu a 14,45% das Despesas Correntes, enquanto as Despesas com Juros e Encargos da Dívida, R\$ 247,31 bilhões, corresponderam a 9,92% das Despesas Correntes.

Ao analisar os itens que contribuíram para o montante não executado das despesas, temos que R\$ 134,48 bilhões, referente às Despesas Correntes e R\$ 101,55 bilhões às Despesas de Capital.

Analisando as Despesas de Capital no valor empenhado de R\$ 332,11 bilhões, a despesa Amortização da Dívida, R\$ 207,11 bilhões, equivale a 62,36% das Despesas de Capital. A Despesa com Investimentos, R\$ 51,28 bilhões, representa 15,42% das Despesas de Capital. As Inversões Financeiras, R\$ 73,78 bilhões, corresponde a 22,22% das Despesas de Capital.

A Despesa de Refinanciamento da Dívida Fundada foi de no valor de R\$ 1,431 trilhão, relativa à amortização da Dívida Fundada, representou a 33,63% do total da despesa empenhada.

## 2.4 Resultado Orçamentário

Os quocientes do resultado orçamentário observados foram 1,017 em relação às despesas empenhadas e 1,047 em relação às despesas liquidadas. Tais resultados indicam que, o resultado orçamentário foi equilibrado, pois a receita realizada foi igual à despesa empenhada e em relação à despesa liquidada teve-se que a receita realizada foi 5,00% maior comparando com a despesa liquidada.

Isto significa que houve superávit orçamentário no exercício de 2022, no valor de R\$ 70,34 bilhões para despesas empenhadas e de R\$ 195,33 bilhões com base nas despesas liquidadas. Estes resultados indicam que ficaram no caixa da União recursos disponíveis além dos utilizados na execução orçamentária, em função do regime contábil misto utilizado na execução orçamentária: Caixa para receita (receita arrecadada) e Competência para despesa (despesa empenhada), conforme estabelece o Art. 35 da Lei 4.320/1964.

## 2.5 Execução Orçamentária Corrente

O quociente da execução orçamentária corrente foi 0,964. Tal resultado indica que o orçamento corrente foi deficitário no valor de R\$ 90,23 bilhões, indicando que a receita corrente realizada foi inferior em 3,6% em relação a despesa empenhada corrente.

O déficit orçamentário corrente evidencia que a União, no exercício financeiro de 2022, não conseguiu arrecadar recursos suficientes para financiar o total das despesas operacionais da União, ou seja, as despesas de caráter continuado, e muito menos recursos a serem aplicados em investimentos para geração de novos serviços para a sociedade. Esse indicador é muito negativo e reflete a política fiscal do governo federal, contida na Emenda Constitucional 95/2016.

## 3 | BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro Consolidado foi elaborado conforme determina o Art. 103 da Lei nº 4.320/1964. De acordo com a citada legislação, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando o seguinte:

Ingressos

- (a) a receita orçamentária arrecada por origem de recursos: ordinários e vinculados;
- (b) Transferências Financeiras Recebidas
- (c) Recebimentos Extraorçamentários
- (d) Saldo em Espécie do Exercício Anterior

Dispêndios

- (e) a despesa orçamentária executada por aplicação de recursos: ordinários e vinculados;
- (f) Transferências Financeiras Concedidas
- (g) Pagamentos Extraorçamentários

## (h) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte

A partir do referido demonstrativo, é possível encontrar o resultado financeiro de duas maneiras. A primeira é calculada através do Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro (QORF): Resultado Orçamentário (receita – despesa), dividido pelo Resultado do saldo do Disponível (saldo atual – saldo anterior). A segunda é o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros (QRSF), mais simples, basta calcular a diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Vale ressaltar que este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit econômico do exercício, cuja apuração é obtida por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais.

De acordo com o BGU (2022), o balanço financeiro é composto por fluxos financeiros (ingressos e dispêndios). Os fluxos financeiros que integram o referido balanço são os seguintes: a) fluxo financeiro orçamentário excluído de transferências orçamentárias, b) fluxo financeiro de transferências, e c) fluxo financeiro extraorçamentário.

No exercício em análise, o fluxo financeiro orçamentário obteve um superávit de R\$ 70,34 bilhões, o fluxo financeiro de transferências foi deficitário de R\$ 5,00 milhões, enquanto o fluxo financeiro extraorçamentário apresentou um superávit de R\$ 32,87 bilhões.

**Figura 3.1 – Balanço Financeiro Consolidado – 2022**

(Em R\$ milhões)

<b>INGRESSOS</b>		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.326.976</b>	<b>4.280.213</b>
Ordinária	731.711	580.928
Vinculada	3.718.693	3.789.608
Transferências Financeiras Recebidas	0	0
Recebimentos Extraorçamentários	244.994	243.641
Saldo em espécie do exercício anterior	1.838.820	1.546.339
<b>TOTAL</b>	<b>6.410.790</b>	<b>6.070.193</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.256.633</b>	<b>4.047.014</b>
Ordinária	660.932	533.34
Vinculada	3.595.701	3.513.669
Transferências Financeiras Concedidas	5	2
Pagamentos Extraorçamentários	212.125	191.763
Saldo em espécie para o exercício seguinte	1.942.028	1.831.413
<b>TOTAL</b>	<b>6.410.791</b>	<b>6.070.192</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

### 3.1. Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

Este indicador mostra a razão entre a diferença da receita e despesa orçamentária e a variação entre os saldos em espécie para o exercício de 2022 e de 2021. Ao analisar o indicador, que foi de 0,682, verificou-se que a diferença entre as receitas e despesas orçamentárias representa 68,00% do resultado entre os saldos em espécie.

### 3.2. Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Este indicador mostra a razão entre os saldos financeiros do ano analisado e do ano anterior. No período de análise, o ano de 2022, este quociente foi de 1,056. Verificou-se que houve um aumento das razões dos saldos em 6,00% comparado com 2021. Em valores nominais, o saldo de 2022 aumentou em R\$ 103,21 bilhões, quando comparado com o ano anterior, 2021.

## 4 | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

De acordo com o Art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVA) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado

patrimonial, resultado econômico, do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Analisando as variações patrimoniais da União no exercício de 2022, verificaram-se as variações patrimoniais aumentativas somaram um valor de R\$ 4,674 trilhões, assim como as variações patrimoniais diminutivas apresentaram a soma de R\$ 4,760 trilhões. Dessa forma, houve um déficit econômico de R\$ 86,00 bilhões. Apesar do resultado negativo houve melhora em relação ao exercício anterior, que apresentou déficit de R\$ 604 milhões, conforme o demonstrativo da Figura 4.1.

**Figura 4.1 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas – 2022**

(Em R\$ milhões)

	2022	2021	Δ
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>4.673.860</b>	<b>3.630.286</b>	<b>1.043.574</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.137.601	705.723	431.878
Contribuições	1.083.636	973.253	110.383
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	206.268	121.536	84.732
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	806.073	842.420	-36.347
Transferências e Delegações Recebidas	4.132	8.458	-4.326
Valorização e Ganhos com Ativos	265.866	398.769	-132.903
Outras Variações Patrimoniais Recebidas	1.170.284	580.128	590.156
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>4.759.841</b>	<b>4.234.556</b>	<b>525.285</b>
Pessoal e Encargos	200.777	189.474	11.303
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.204.326	1.063.143	141.183
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	177.887	129.909	47.978
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.151.417	1.151.953	-536
Transferências e Delegações Concedidas	679.799	508.727	171.072
Desvalorização e Perda de Ativos	643.039	298.285	344.754
Tributárias	1.279	1.151	128
Custo de Merc. e Prod. Vendidos e Serv. Prestados	4.410	4.558	-148
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	696.906	887.356	-190.450
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-85.981</b>	<b>-604.270</b>	<b>-518.289</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

Com os dados apresentados em 2022, o Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi de 0,98, valor que é 12,46% maior que o de 2021. Tal quociente, que mede a razão entre Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, por ser inferior a uma unidade, indica que a União continua com déficit patrimonial.

## 5 | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Os fluxos de caixa evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros da União em um determinado período. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as origens dos fluxos financeiros de entrada de caixa e equivalente a caixa e as aplicações desses recursos financeiros, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais consiste nos ingressos e desembolsos de recursos financeiros referentes às atividades públicas continuadas. Os ingressos são evidenciados pelas receitas orçamentárias correntes: receitas derivadas, as receitas tributárias e contribuições, pelas receitas originárias das atividades operacionais da União; pelas transferências constitucionais e legais recebidas; e outros ingressos operacionais. Os desembolsos são evidenciados pelas despesas orçamentárias correntes: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida pública; transferências constitucionais e legais concedidas; e outros desembolsos operacionais. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos representa o fluxo líquido das atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento compreende os recursos relacionados à aquisição de novos serviços públicos, tais como construção de infraestrutura como escolas, hospitais, estradas, açudes, dentre outros, que irão beneficiar a sociedade no futuro. Os ingressos são representados por: alienação de bens; amortização de empréstimos e financiamentos concedidos; e outros ingressos de investimentos. Os desembolsos são evidenciados por: aquisição de bens e direitos que irão disponibilizar novos serviços à sociedade; concessão de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimento. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos representa o fluxo líquido das atividades de investimento.

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento diz respeito aos ingressos de operações de crédito para adquirir novos serviços, os desembolsos são evidenciados pela amortização dos financiamentos. Os ingressos são representados por: operações de créditos e outros ingressos de financiamento. Os desembolsos são evidenciados por amortização/refinanciamento da dívida. A soma algébrica dos ingressos e desembolsos

representa o fluxo líquido das atividades de financiamento.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa representa a soma algébrica dos fluxos líquidos das atividades operacionais, investimento e financiamento.

O somatório da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa mais o Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (saldo inicial de caixa disponível) é igual ao Caixa e Equivalente de Caixa Final (saldo final de caixa disponível).

**Figura 5.1 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado – 2022**

(Em R\$ milhões)

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO</b>		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>63.172</b>	<b>-60.478</b>
<b>Ingressos</b>	2.605.516	2.191.963
Receitas Derivadas e Originárias	39.291	56.175
Transferências Recebidas	437	795
Outros Ingressos Operacionais	47.864	57.789
<b>Desembolsos</b>	<b>-2.542.345</b>	<b>-2.252.441</b>
Pessoal e demais despesas	-1.578.913	-1.398.663
Juros e Encargos Sociais	-247.340	-256.357
Transferências Concedidas	-662.758	-545.464
Outros Desembolso Operacionais	-53.334	-51.958
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>43.350</b>	<b>19.955</b>
Ingressos	19.955	114.765
Desembolsos	-94.023	-94.810
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>	<b>113.978</b>	<b>209.575</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-3.313</b>	<b>325.598</b>
Ingressos	1.631.951	2.031.273
Desembolsos	-1.635.264	-1.705.675
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>	<b>3.267.215,00</b>	<b>3.736.948,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>103.208</b>	<b>285.075</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.838.820	1.546.339
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.942.028	1.831.413

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

A União, no exercício do ano de 2022, teve uma Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 103,20 bilhões, que somado ao valor

de R\$ 1,838 trilhão de Caixa e Equivalente de Caixa Inicial, ou seja, o saldo de caixa do exercício anterior resultou em um Caixa e Equivalente de Caixa Final, o saldo final de caixa em 2022, de R\$ 1,942 trilhão. Na comparação da Geração Líquida de Caixa de 2022 com a de 2021, observa-se que houve um aumento expressivo de 36,20% na geração líquida de caixa.

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais em 2021, foi negativo no valor de R\$ 60,478 milhões. No entanto, em 2022 o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais positivo, expresso pelo montante de R\$ 63,172 milhões.

Já no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento de 2022 houve um superávit de R\$ 43,350 milhões, havendo superávit também em 2021 no valor de R\$ 19,955 milhões.

No fluxo líquido de financiamento houve déficit em 2022 e superávit em 2021, de R\$ 3,313 milhões e R\$ 325,598 milhões, respectivamente.

## 6 | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Nas entidades com fins lucrativos a DMPL evidencia as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido, diferença entre bens e direitos menos as obrigações, do exercício financeiro evidenciado, essas alterações poderão ocorrer no capital social, nas reservas de capital, em ajustes de avaliação patrimonial, nas reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados, conforme Art. 178, § 2º, III e Art. 186, § 2º, da Lei 6.404/1976. Nas entidades sem fins lucrativos, o Art. 105, V, da Lei 4.320/1964, denomina o Patrimônio Líquido de Saldo Patrimonial.



**Figura 6.1 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da União – 2022**

(Em R\$ milhões)

Especificação	NE	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		48.939	2.462	17	599	463	(5.208.436)	238	(1.394)	(5.157.110)
Variação Cambial		-	-	-	-	(0)	(395)	-	-	(395)
Ajustes de Exercícios Anteriores	56	(913)	494	-	(594)	(13)	64.748	(1)	-	63.721
Aumento / Redução de Capital		2.522	(553)	-	1	-	190	-	-	2.160
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. / Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	163	(2.317)	-	-	(2.154)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	23	14	-	37
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(89.458)	-	-	(89.458)
Constituição / Reversão de Reservas		-	0	(0)	257	-	(811)	(2)	-	(556)
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(14)	-	-	(14)
Provisão Tributária – IR / CS sobre Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-	0	-	-	0
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	97	-	-	-	-	-	-	97
Saldo Final do Exercício 2022		50.548	2.500	17	263	614	(5.236.471)	250	(1.394)	(5.183.673)
Total Consolidado	57	7.467	389	17	44	558	(5.195.857)	1	(1.394)	(5.188.776)

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

Conforme demonstrado na figura acima o total patrimônio líquido da União está negativo. No exercício financeiro de 2021 o valor foi de R\$ (5,167) trilhões, já no exercício financeiro de 2022, o total consolidado foi de R\$ (5,189), havendo um aumento de 0,43% em relação ao exercício financeiro anterior.

Analisando uma série histórica, tomando como data base o exercício financeiro de 2016, ficou constatado que essa negatividade existe desde este exercício financeiro e vem crescendo em relação a esta data base, conforme tabela abaixo.

**Figura 6.2 – Patrimônio Líquido da União – 2016 a 2022**

	Em Milhões		
ANO	VALOR		%
2016	-2.021.487		100%
2017	-2.425.406		120%
2018	-2.415.805		120%
2019	-2.982.051		148%
2020	-4.444.703		220%
2021	-5.166.800		256%
2022	-5.188.776		257%

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU(2022)

## 7 | BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;

b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;

c) Patrimônio Líquido: evidencia o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

d) Contas de Compensação: compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

a) Estiverem disponíveis para realização imediata;

b) Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os ativos classificados como não circulantes são os direitos realizáveis após doze meses da publicação do balanço patrimonial ou que não façam parte da atividade operacional, além dos direitos em investimentos, dos bens do imobilizado e dos direitos intangíveis.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau

de exigibilidade.

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, artigo 105, demonstra o Balanço Patrimonial em dois grandes grupos do Ativo: Financeiro e Permanente, no Passivo, no passivo obedece a mesma evidenciação: Passivo Financeiro e Passivo Permanente.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª edição (STN, 2018), o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Demonstrativo Principal;
- b. Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Demonstrativo das Contas de Compensação (controle); e
- d. Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro.

Conforme estabelece o Art. 113 da Lei 4.320/1964, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11 de 2018, evidencia, com base neste artigo, que seu alcance se aplica às entidades do setor público conforme definido na NBC TSP Estrutura Conceitual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

**Figura 7.1 – Balanço Patrimonial Consolidado – 2022**

(Em R\$ milhões)

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.249.825</b>	<b>2.089.640</b>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.942.028	1.831.413
CRÉDITO A CURTO PRAZO	263.468	219.966
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	1.552.000	2.000.000
ESTOQUES	42.453	37.975
ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA	127	127
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	197	156
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.599.189</b>	<b>4.204.413</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.202.861	1.925.671
INVESTIMENTOS	542.650	504.994
IMOBILIZADO	1.840.893	1.761.356
INTANGÍVEL	12.786	12.392
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.849.014</b>	<b>6.294.053</b>
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.191.330</b>	<b>2.073.317</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto	104.504	95.343
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.675.395	1.697.115
Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo	6.991	6.432
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	40	53
Transferências Fiscais a Curto Prazo	13.418	8.120
Provisões a Curto Prazo	259.866	169.752

Demais Obrigações a Curto Prazo	131.117	96.502
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.846.459</b>	<b>9.387.536</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo	18.434	7.943
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	6.434.458	5.949.420
Fornecedores e Contas a Pagar no Longo Prazo	386	587
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	32	36
Transferências Fiscais a Longo Prazo	41.874	-
Provisões a Longo Prazo	3.318.485	3.331.126
Demais Obrigações a Longo Prazo	32.049	98.421
Resultado Deferido	741	2
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.037.790</b>	<b>11.460.853</b>
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>
		<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-5.188.776</b>	<b>-5.166.800</b>
Patrimônio Social e Capital Social	7.467	7.411
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	389	201
Reservas de Capital	17	17
Ajustes para Avaliação Patrimonial	1	1
Reservas de Lucros	44	-
Demais Reservas	558	398
Resultados Acumulados	-5.195.857	-5.173.434
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-1.394	-1.394
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6.849.014,0</b>	<b>6.294.053,0</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente/ BGU (2022)

Em 2022, a União somou um total de R\$ 6,849 trilhões em bens e direitos, ou seja, no ativo, valor 8,82% maior que o total do ativo de 2021, que somou R\$ 6,294 trilhões.

Desse total do ativo de 2022, 32,85% são do ativo circulante e 67,15% de ativo não circulante. No ativo circulante houve um aumento de 7,67%, que, em valores correntes, representa uma variação de R\$ 160,185 bilhões, e, no ativo não circulante, o aumento de 9,39%, ou R\$ 394,776 bilhões.

Analisando o ativo circulante, o disponível, que representa os bens em Caixa e Equivalente de Caixa, somou R\$ 1,942 trilhão em 2022, que, comparado ao disponível de 2021, cujo resultado apresentado foi de R\$ 1,831 trilhão, houve um aumento de 6,04%.

Por outro lado, as obrigações da União representadas pelo passivo apresentaram um aumento de 5,03%, comparando-se os R\$ 11,460 trilhões de 2021 com os R\$ 12,037 trilhões de 2022. Na composição do passivo no exercício de 2022, 18,20% é circulante e 81,79% é não circulante. Constatando-se que o perfil das obrigações da União é de longo prazo.

O passivo circulante de 2022 no valor de R\$ 2,191 trilhões representados pelas obrigações de curto prazo, aumentou 5,69% em comparação com o exercício anterior.

As obrigações de longo prazo de 2022, evidenciadas no passivo não circulante, no valor de R\$ 9,846 trilhões, aumentaram 4,89% em relação ao ano anterior, onde as obrigações somaram R\$ 9,387 trilhões.

Analisando o patrimônio líquido do exercício financeiro de 2022, o valor foi negativo, na cifra de R\$ 5,188 trilhões, próximo do valor também negativo do exercício anterior que correspondeu a R\$ 5,166 trilhões, ou seja, uma variação de 0,43%.

## 7.1 Análise econômico-financeira - Índices de Liquidez

### 7.1.1 Liquidez Imediata

A liquidez imediata da União, que corresponde a valores existentes no disponível para pagarem obrigações de curto prazo, equivaleu a 0,89 em 2022, significando que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a União tem R\$ 0,89 em caixa para efetuar o pagamento de sua obrigação. A liquidez imediata da União foi igual a 0,88 em 2021, indicando assim uma melhora de 0,33% na sua capacidade de caixa para pagar suas obrigações de curto prazo.

### 7.1.2 Liquidez Corrente

A liquidez corrente, bens e direito de curto prazo (ativo circulante) para financiarem as obrigações de curto prazo (passivo circulante), foi igual a 1,03 em 2022, enquanto em 2021 havia sido de 1,01, representando um aumento de 1,87% do índice.

### 7.1.3 Liquidez Seca

A liquidez seca, representada pelo disponível mais créditos de curto prazo para financiamento de obrigações de curto prazo, foi de 1,01 em 2022, enquanto no exercício financeiro anterior foi de 0,99, exibindo assim uma variação positiva de 1,72%.

### 7.1.4 Liquidez Geral

A liquidez geral, composta pelo ativo circulante, bens e direitos de curto prazo, mais o realizável a longo prazo, para financiamento das obrigações de curto e longo prazo, foi igual a 0,37 em 2022, enquanto o resultado da Liquidez Geral de 2021 foi igual a 0,35.

## 8 | DÍVIDA ATIVA, DÍVIDA FUNDADA E ENDIVIDAMENTO GERAL

### 8.1 Dívida Ativa

A dívida ativa da União consiste numa parcela de direitos de grande relevância na estrutura do Balanço Patrimonial, integrando o grupamento de contas a receber, sendo classificada em:

- a) Dívida Ativa Tributária, que trata dos direitos referentes aos tributos lançados e não arrecadados; e
- b) Dívida Ativa não Tributária, também receita não arrecadada, oriunda de multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias; foros e laudêmios; preços resultantes de alienação, concessão ou permissão de uso de bens públicos; preços públicos pela prestação de serviços; e indenizações. Consiste, geralmente, numa dívida com perfil de longo prazo.

Em dezembro de 2022, o saldo total da Dívida Ativa da União, deduzida das provisões para perdas, foi de R\$ 1,38 trilhão, enquanto em 2021 foi de R\$ 1,31 trilhão. O prazo médio para recebimento do estoque desta dívida é de 143 anos em 2022, contra 121 anos em 2021.

O aumento no prazo médio de recebimento entre os anos de 2021 e 2022, em conjunto com o elevado valor desse indicador reflete a morosidade existente no processo de recebimento da dívida ativa, onde tal situação pode ser classificada como um foco de ineficiência na execução

da dívida ativa pela União. Para melhorar a eficiência da cobrança desses direitos, a União deve, tempestivamente, procurar alterar a legislação para otimizar a cobrança desses créditos, com prazos menores, melhorando a arrecadação, de forma que essa receita possa ser aplicada em funções públicas como educação, saúde, assistência, previdência, dentre outras, para beneficiar a sociedade.

## 8.2 Dívida Fundada

A dívida fundada da União, representada pelos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo o refinanciamento, apresentou em 2022 um saldo de R\$ 8,11 trilhões. Em 2021 o saldo foi de R\$ 7,65 trilhões. O prazo médio de pagamento dessa dívida é de 4,81 anos em 2022, e foi de 4,28 anos em 2021.

Analisando os prazos médios da dívida ativa e dívida fundada nos dois períodos é possível verificar uma enorme discrepância entre eles, o que indica uma falta de sincronia entre as dívidas a receber e a pagar, o que pode gerar desequilíbrio no fluxo de caixa da União.

A série histórica entre 2015 e 2022 exibida na Tabela 8.1 permite-nos verificar que há uma grande defasagem entre o prazo médio de recebimento e pagamento da dívida ativa e da dívida fundada, respectivamente.

**Tabela 8.1 – Prazo Médio de Recebimento da Dívida Ativa e Pagamento da Dívida Fundada (em anos)**

<b>ANO</b>	<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>DÍVIDA FUNDADA</b>
<b>2015</b>	52,29	5,03
<b>2016</b>	67,29	4,74
<b>2017</b>	75,42	6,33
<b>2018</b>	106,17	6,96
<b>2019</b>	134,55	7,89
<b>2020</b>	156,94	6,33
<b>2021</b>	121,43	4,28
<b>2022</b>	143,48	4,81
<b>MÉDIA</b>	107,20	5,80

Fonte: Fonte: Tesouro Nacional Transparente/BGU (2015-2022).

## 8.3 Endividamento Geral

O Índice de Endividamento Geral, representado pelo total das obrigações (passivo) em relação aos bens e direitos (ativo), obteve resultado percentual de 175,76% em 2022 e 182,09% em 2021. Esses valores indicam que em 2022 e 2021 a União comprometeu com obrigações a mais do seu ativo, 75,76% e 82,09%, respectivamente.

Quanto à composição do endividamento, o indicador da dívida de curto prazo em relação à dívida total foi de 18,20% em 2022 e 18,09% em 2021, demonstrando que o perfil da dívida da União é majoritariamente de longo prazo, sendo isso um indicador positivo para a gestão da dívida pública.

A capacidade da União em quitar suas obrigações, medido pelo Índice de Solvência, mostrou que a União apresenta situação de insolvência quanto a sua capacidade de pagamento, atingindo o valor de 0,57 em 2022, contra 0,55 em 2021, vale ressaltar que é considerado o estado de solvência quando o indicador for maior ou igual a 1.

Esse indicador está fundamentado no Art. 955, da Lei 10.406/2002, Código Civil, que estabelece:

“Lei 10.406 de 2002...

Art. 955. Procede-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor”

## 9 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Geral da União, composto por demonstrações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, apesar de ser um relatório sintético, evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo federal.

Quanto aos fatos constatados na análise realizada, baseada nas



demonstrações contábeis de 2022, verificou-se que existem evidências de ineficiência no gerenciamento do patrimônio da União. Grande parte dos indicadores econômico-financeiros calculados, através de análise das informações contidas nessas demonstrações, foram negativos.

Isso ficou evidenciado nos resultados orçamentário, financeiro e patrimonial. Os efeitos da política fiscal da União nos últimos sete anos, no período de 2015 a 2022, contribuíram para o resultado anual, comprovado pela evolução do patrimônio líquido negativo da União nesses anos. A Emenda Constitucional 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal, com diretriz prioritária para o mercado financeiro, dificultando a geração de emprego e renda, reforçou a atual política fiscal da União.

O prazo médio de recebimento da dívida ativa continua muito alto. Dessa forma, para que este prazo fique em patamar aceitável, deverá ser feito um esforço concentrado no sentido de executar o recebimento financeiro, com maior brevidade, da dívida ativa da União, através da otimização da cobrança operacional e de alteração da legislação para melhorar a eficácia sua de execução.

Da análise econômico-financeira realizada ficou evidenciado que, no exercício financeiro de 2022, as Demonstrações Contábeis da União estão, em todos os aspectos relevantes, abaixo dos padrões definidos nas normas brasileiras de contabilidade estabelecidas. É preciso destacar que, de acordo com os índices calculados, o patrimônio da União, no exercício findo de 2022, está insolvente.

## REFERÊNCIAS

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União (BGU)** - Anual. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/balanco-geral-da-uniao-bgu-anual/2021/114>>. Acesso em: 05 de abril 2023.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>>. Acesso em: 05 de abril 2023.

BRASIL. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de março de 1964.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**: Suplemento, Brasília, DF, 17 dez. 1976.

BRASIL. Lei Complementar, nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000

# APÊNDICE I

## Notas metodológicas

A seguir serão detalhadas as fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices apresentados no trabalho.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS					
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022					
<b>A - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>					<b>R\$ milhões</b>
<b>1 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
EO =	(PIR /	DID)	(PIR /	DID)	
EO =	4.730.025	4.726.929	4.181.004	4.161.237	
EO =		1,001		1,005	
PIR = Previsão Inicial da Receita					
DID = Dotação Inicial da Despesa					
<b>2 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
ER =	(RR /	PAR)	(RR /	PAR)	
ER =	4.326.976	4.730.025	4.280.213	4.181.004	
ER =		0,91		1,024	
RR = Receita Realizada					
PAR = Previsão Atualizada da Receita					
<b>3 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
ED =	(DE /	DA)	(DE /	DA)	
ED =	4.256.633	4.939.503	4.047.014	4.406.510	
ED =		0,8618		0,92	
DE = Despesa Empenhada					
DA = Dotação Atualizada					
<b>4 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>					
<b>4.1 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
RO =	(RR /	DE)	(RR /	DE)	
RO =	4.326.976	4.256.633	4.280.213	4.047.014	
RO =		1,017		1,058	
RR = Receita Realizada					
DE = Despesa Empenhada					
<b>4.2 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
RO =	(RR /	DL)	(RR /	DL)	
RO =	4.326.976	3.926.747	4.280.213	3.926.747	
RO =		1,10		1,090	
RR = Receita Realizada					
DL = Despesa Liquidada					
<b>5 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE</b>					
Título	Exercício Atual		Exercício Anterior		
EOC =	(RRC /	DEC)	(RRC /	DEC)	
EOC =	2.402.956	2.493.190	-90.234	2.016.693	2.214.684
EOC =		0,964			0,911
RRC = Receita Realizada Corrente					
DEC = Despesa Empenhada Corrente					

B - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO									
1 - QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
ROF =	(RO - DO) /	(DES - DEA)			(RO - DO) /	(DES - DEA)			
ROF =	4.326.976	4.256.633	1.942.028	1.838.820	4.280.213	4.047.014	1.831.413	1.546.339	
ROF =		0,68				0,82			
RO = Receita Orçamentária									
DO = Despesa Orçamentária									
DES = Disponível do Exercício Seguinte									
DEA = Disponível Exercício Anterior									
2 - QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
RSF =	(DES / DEA)				(DES / DEA)				
RSF =		1.942.028	1.838.820			1.831.413	1.546.339		
RSF =		1,06				1,18			
			103.208						
DES = Disponível do Exercício Seguinte									
DEA = Disponível Exercício Anterior									
C - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS									
1 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
RVP =	(VPA / VPD)				(VPA / VPD)				
RVP =	4.673.860		4.759.841		3.630.286		4.234.556		
RVP =		0,982				0,86			
VPA = Variações Patrimoniais Aumentativas									
VPD = Variações Patrimoniais Diminutivas									

D - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL									
1 - LIQUIDEZ IMEDIATA									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LI =	(D / PC)				(D / PC)				
LI =		1.942.028	2.191.330			1.831.413	2.073.317		
LI =		0,89				0,88			
D = Disponível									
PC = Passivo Circulante									
2 - LIQUIDEZ CORRENTE									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LC =	(AC / PC)				(AC / PC)				
LC =		2.249.825	2.191.330			2.089.640	2.073.317		
LC =		1,03		1,87%		1,01			
AC = Ativo Circulante									
PC = Passivo Circulante									
3 - LIQUIDEZ SECA									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LS =	(D + CCP) / PC				(D + CCP) / PC				
LS =		1.942.028	263.468	2.191.330		1.831.413	219.966	2.073.317	
LS =		1,01				0,99			
						1,72%			
D = Disponível									
CCP = Crédito de Curto Prazo									
PC = Passivo Circulante									
4 - LIQUIDEZ GERAL									
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior				
LG =	(AC + RLP) / (PC + PNC)				(AC + RLP) / (PC + PNC)				
LG =		2.249.825	2.202.861	2.191.330	9.846.459	2.089.640	1.925.671	2.073.317	9.387.536
LG =		0,3699					0,3504		
AC = Ativo Circulante									
RLP = Realizável a Longo Prazo									
PC = Passivo Circulante									
PNC = Passivo Não circulante									

5 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA								
<b>5.1 - ROTAÇÃO</b>								
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior			
RO =	(ADA)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =	9.376		1.306.145	1.384.310	10.356		1.208.999	1.306.145
SF =								
RO	0,0070				0,0082			
ADA = Amortização da Dívida Ativa								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
<b>5.2 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM DIAS</b>								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo	360		0,006969825		360		0,008234916	
Rotação								
PMD =	51.651,23				43.716,29			
<b>5.3 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM ANOS</b>								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo A	51.651,23		360		43.716,29		360	
PMA =	143,48				121,43			
<b>6 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA</b>								
<b>6.1 - ROTAÇÃO</b>								
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior			
RO =	(AD)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =	1.635.264		7.646.535	8.109.853	1.704.609		6.939.254	7.646.535
SF =								
RO	0,2076				0,2337			
ADF = Amortização da Dívida Fundada								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
<b>6.2 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM DIAS</b>								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo	360		0,2076		360		0,2337	
Rotação								
PMD =	1.734,37				1.540,20			
<b>6.3 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM ANOS</b>								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo A	1.734,37		360		1.540,20		360	
PMA =	4,82				4,28			
<b>7 - ENDIVIDAMENTO GERAL</b>								
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior			
EG =	(PC +	PNC) /	(AT	)*100	(PC +	PNC) /	(AT	)*100
EG =	2.191.330		9.846.459	6.849.014	2.073.317		9.387.536	6.294.053
EG =			175,7594				182,0902	
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
AT = Ativo Total								
<b>8 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO</b>								
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior			
CE =	(PC)/	(PC +	PNC)*100		(PC)/	(PC +	PNC)*100	
CE =	2.191.330		2.191.330	9.846.459	2.073.317		2.073.317	9.387.536
CE =			18,204				18,0904	
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
<b>9 - ÍNDICE DE SOLVÊNCIA</b>								
Título	Exercício Atual				Exercício Anterior			
IS =	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)
IS =	2.249.825		4.599.189	2.191.330	2.089.640		4.204.413	2.073.317
IS =			0,57				0,55	
AC = Ativo Circulante								
ANC = Ativo Não Circulante								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								

<b>BALANÇO GERAL DA UNIÃO</b>		
<b>DÍVIDA ATIVA</b>		
<b>EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022</b>		
<b>Em R\$ milhões</b>		
<b>TÍTULO</b>	<b>SALDO</b>	<b>SALDO</b>
<b>DÍVIDA ATIVA</b>	<b>ANO_2022</b>	<b>ANO_2021</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>2.618.030</b>	<b>2.571.229</b>
<b>NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>96.142</b>	<b>95.247</b>
<b>SOMA</b>	<b>2.714.172</b>	<b>2.666.476</b>
<b>PROVISÃO_PERDAS</b>	<b>- 1.329.862</b>	<b>- 1.360.331</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.384.310</b>	<b>1.306.145</b>
<b>SALDO_MÉDIO</b>	<b>1.345.228</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>9.376</b>	<b>10.356</b>
<b>Páginas 107_108</b>		
<b>284.529</b>	<b>3.813</b>	<b>280.716</b>
<b>735.232</b>	<b>12.874</b>	<b>722.358</b>
<b>364.549</b>	<b>7.258</b>	<b>357.291</b>
<b>1.329.862</b>	<b>72.197</b>	<b>1.257.665</b>
<b>2.714.172</b>	<b>96.142</b>	<b>2.618.030</b>
		<b>0</b>
		<b>0</b>

**BALANÇO GERAL DA UNIÃO**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA DE 2022**

<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ milhões</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	<b>ANO_2021</b>
<b>SALDO</b>	<b>8.109.853</b>	<b>7.646.535</b>
<b>SALDO MÉDIO</b>	<b>7.878.194</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ milhões</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	
<b>AMORTIZAÇÃO</b>	<b>1.638.442</b>	

<b>TÍTULO</b>	<b>Em R\$ milhões</b>	
<b>DÍVIDA FUNDADA</b>	<b>ANO_2022</b>	<b>ANO_2021</b>
<b>SALDO</b>	<b>8.109.853</b>	<b>7.646.535</b>

## APÊNDICE 2

### Glossário

**Balanço Orçamentário Consolidado:** documento contábil que demonstra as receitas previstas e despesas fixadas, em confronto com as realizadas.

**Balanço Financeiro Consolidado:** evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando: a receita orçamentária realizada por destinação de recurso; a despesa orçamentária executada por destinação de recurso; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; o saldo inicial e o saldo final em espécie.

**Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa:** evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros da União em um determinado período, identificando as fontes de entrada de caixa e equivalente a caixa, com base nos seguintes fluxos: operacional, investimento e financiamento.

**Balanço Patrimonial Consolidado:** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

realização:



Apoio:

